



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**AVALIAÇÃO EXPLORATÓRIA DO PROGRAMA DE
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: um
estudo de caso na Comunidade Ribeirinha do Rio
Ajuai, Município de Abaetetuba, Pará, Brasil**

Claudia do Socorro Carvalho Miranda

Orientação: Prof. Doutor Jorge Bonito

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: *Avaliação Educacional*

Dissertação

Évora, 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO

**AVALIAÇÃO EXPLORATÓRIA DO PROGRAMA DE
ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL: um
estudo de caso na Comunidade Ribeirinha do Rio
Ajuai, Município de Abaetetuba, Pará, Brasil**

Claudia do Socorro Carvalho Miranda

Orientação: Prof. Doutor Jorge Bonito

Mestrado em Ciências da Educação

Área de especialização: *Avaliação Educacional*

Dissertação

Évora, 2013

Ao meu marido, Iorque Filgueiras, pelo exemplo de ética, superação e pessoa humana. Meu companheiro, cúmplice de todos os momentos.

Aos meus filhos, Tainara e Tainã, que representam o maior presente e embelezam minha vida diariamente. Agradeço todos os dias a oportunidade de acordar e vê-los desabrochar para a vida de forma ética e humana.

AGRADECIMENTOS

A Deus que me ensinou o caminho da superação nos momentos de dificuldades.

Expresso meus agradecimentos àqueles que contribuíram com a realização do presente estudo, em especial:

À Coordenação da Pós-Graduação pelo apoio prestado, sem a qual não seria possível a realização da presente pesquisa.

Ao Professor Jorge Bonito, orientador deste trabalho, pelas sugestões e contribuições no estudo realizado.

À minha família, por ter me proporcionado experiências inesquecíveis e um aprendizado significativo para minha vida. Agradeço especialmente a minha irmã Débora Miranda e ao meu irmão Frederico Miranda pelo tempo que caminhamos juntos no intuito de superar as dificuldades da vida. Obrigada!

À minha mãe de alma Dolores, a quem devo as melhores lembranças da infância.

À minha amiga Ana Raposo por ter me ensinado a prosseguir, uma pessoa iluminada por Deus, a quem serei sempre grata, pelo respeito e amor quando mais precisei.

Às minhas irmãs de alma Josefina, Clotilde, Isabel, Fátima, Ana e Marina. Meus anjos sem asas que me protegeram e mostraram na prática que existe um mundo melhor.

Ao meu amigo Danilo Silva por ter contribuído de todas as formas com as minhas realizações.

Aos meus sobrinhos, Amanda, Luís, Wiliam, Ian, Leonardo, Riveline, Aline, Eveline, Itã Artur e José, minha grande vitória diante da vida.

Agradeço a todos os trabalhadores do interior do Estado do Pará, especialmente os trabalhadores das ilhas de Abaetetuba, pela oportunidade de vivenciar uma história profissional inesquecível.

Agradeço a todos que acreditam que podem mudar a realidade brasileira, e não deixaram de lutar pela transformação social.

Do fundo da noite que me envolve
Escura como o inferno de ponta a ponta
Agradeço a qualquer deus que seja
Pela minha alma inconquistável

Nas garras do destino
Eu não vacilei nem chorei
Sob as pancadas do acaso
Minha cabeça está sangrenta, mas ereta

Além deste lugar tenebroso
Só se percebe o horror das trevas
E ainda assim, o tempo,
Encontra, e há de encontrar-me, destemido

Não importa quão estreito o portão
Nem quão pesado os ensinamentos
Eu sou o mestre do meu destino
Eu sou o comandante da minha alma.

William Henley (1888)

ÍNDICE

	LISTA DE FIGURAS	viii
	LISTA DE TABELAS	Ix
	LISTA DE QUADROS	X
	RESUMO	Xi
	ABSTRACT	Xii
	INTRODUÇÃO	14
	Relevância do estudo	18
1	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	21
1.1	A importância do modelo CIPP na avaliação de programas sociais	21
1.2	Fatores determinantes do trabalho infantil	27
1.3	Aspectos constitucionais e legais do trabalho infantil	29
1.4	Populações tradicionais ribeirinhas da Amazônia	32
2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	38
2.1	Desenho do estudo	38
2.2	Problema	40
2.3	Área de estudo	40
2.4	Público-alvo	41
2.5	Estágios da pesquisa	42
2.5.1	Primeiro estágio de investigação: levantamento bibliográfico	42
2.5.2	Segundo estágio de investigação: análise documental	42
2.5.3	Terceiro estágio de investigação: procedimentos de coleta de dados	43
2.6	Técnicas de coleta e fontes de dados	44
2.6.1	Os instrumentos de coleta de dados	44
2.7	Tratamento dos dados e procedimentos de análise	47
2.8	Modelo de avaliação aplicado na avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI	48
3	APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS	51
3.1	Avaliação de contexto	51
3.1.1	Contexto do âmbito da pesquisa: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	51
3.1.2	Análise da estrutura física das escolas onde atua o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI	59

3.1.3	Análise das características socioeconômicas da comunidade ribeirinha do rio Ajuai-Abaetetuba- PA	62
3.2	Avaliação de insumos	70
3.2.1.	Análise dos recursos humanos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI	70
3.2.1.1	Gestão local do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI	70
3.2.1.2	Análise do perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba-PA	71
3.2.1.3	Análise do perfil dos alunos inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba- PA	75
3.2.2	Análise dos recursos materiais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI	83
3.3	Avaliação de processos	85
3.3.1	Ações pedagógicas desenvolvidas pelos monitores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA	86
3.3.2	Problemas encontrados na gestão do programa na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA	87
3.4	Avaliação do produto	91
3.4.1	Percepção dos segmentos envolvidos no programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba acerca dos resultados do programa	91
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	97
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	100
	ANEXOS	106

INDÍCE DE FIGURAS

Figura 1	Localização da comunidade ribeirinha do rio Ajuai- município Abaetetuba-PA	41
Figura 2	Escolas onde atua o Programa PETI na comunidade do rio Ajuai- Abaetetuba – PA. Escola São Sebastião (A). Escola Padre Anchieta(B).	59
Figura 3	Áreas de lazer das escolas onde atua o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba – PA. Escola São Sebastião (A). Escola Padre Anchieta(B).	61
Figura 4	Atividades econômicas realizadas pelas famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba-PA	66
Figura 5	Moradia das famílias beneficiadas pelo Programa PETI na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba – PA	68
Figura 6	Motivos que levaram os responsáveis das famílias beneficiadas pelo de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba - PA ao fracasso escolar	73
Figura7	Salas de aula do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba – PA. Escola São Sebastião (A). Escola Padre Anchieta(B)	85
Figura 8	Problemas apontados pelas famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai- Abaetetuba – PA	91
Figura 9	Percepção das famílias beneficiadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em relação ao desempenho do rendimento escolar dos alunos na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba - PA	95

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1	Nível de escolaridade das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba-PA	72
Tabela 2	Salário mensal das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA	74
Tabela 3	Profissão exercida famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA	75
Tabela 4	Atividades exercidas pelos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA	77
Tabela 5	Contribuição do aluno do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com a renda familiar na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.	79
Tabela 6	Destino do dinheiro da bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA	80
Tabela 7	Opinião das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em relação ao desempenho na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA	92
Tabela 8	Percepção das famílias beneficiadas em relação aos objetivos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA	93
Tabela 9	Percepção das famílias em relação aos benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA	94

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1	Características inerentes à avaliação do modelo CIPP	26
Quadro 2	Principais métodos da coleta de dados e objetivos pretendidos, com base nas diferentes fases da avaliação do modelo CIPP	50
Quadro 3	Espaço físico das escolas que servem Programa de Erradicação do Trabalho Infantil PETI na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA	60
Quadro 4	Perfil profissional da equipe que atua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA	71
Quadro 5	Distribuição dos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil por faixa etária e gênero na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA	76
Quadro 6	Atividades exercidas de acordo com o gênero dos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA	79
Quadro 7	Infraestrutura das escolas onde atua o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.	84

RESUMO

Esta pesquisa objetiva avaliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, na comunidade do rio Ajuai- Abaetetuba-Pa, tendo como suporte o modelo de avaliação CIPP. Para tal, o estudo considerou quatro dimensões: o contexto, os insumos os processos e os produtos. Na coleta de dados de fonte secundária foi utilizado pesquisa bibliográfica e documental. Na coleta de dados de fonte primária foram empregadas entrevistas, questionários e observação direta com registro fotográfico. A pesquisa teve como ponto de partida a percepção dos agentes que protagonizam a experiência do programa em estudo. Para interpretação dos resultados, foram utilizados gráficos, tabelas e análises sobre as entrevistas realizadas. Os resultados obtidos permitem concluir que o referido Programa apresenta inúmeros problemas em sua gestão e não apresentou adequações satisfatórias em relação à realidade ribeirinha. Apesar das dificuldades encontradas o programa apresenta uma boa aceitação pelos ribeirinhos na comunidade do rio Ajuai.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho Infantil; Programas Sociais; modelo CIPP; Amazônia.

ABSTRACT

EXPLORATORY EVALUATION PROGRAM FOR ELIMINATION OF CHILD LABOUR: a case study in Rio Riverside Community Ajuái in Abaetetuba,(Pará,Brazil)

This research aims to evaluate the Elimination of Child Labor Program, in the Ajuái River Community, Abaetetuba, Pará state, having the support of the CIPP evaluation model. This way, four dimensions were taken into consideration: the context, the input, the processes and the products. In the data collection of secondary resource it was used the bibliographical and documental research. In the data collection of primary resource, interviews, surveys and direct observation with photographic register were carried out. The starting point of the research was the perception of the agents which perform the experience of this studied program. Graphs and tables and the analysis about the interviews made were used for interpreting the results. The results obtained allow us to conclude that the current program shows many problems in management and did not show appropriate adjustments related to the Riparian Parties lives as well. Despite the difficulties found, the program showed good acceptance amongst the Riparian Parties in the Ajuái River Community.

KEY-WORDS: Child Labor Program; Social Program; CIPP evaluation model; Amazon.

INTRODUÇÃO

Em nosso contexto sociocultural amazônico a educação precisa ser desenvolvida como um processo de humanização da vida do homem amazônida contemporâneo relacionada à sua realidade socioambiental que banha e é banhada por uma complexidade de vivências, desejos, costumes, saberes e expectativas.

Ferreira (2007, p. 68)

A ideia da aprendizagem pela prática e a avaliação é recente e está relacionada à possibilidade dos indivíduos aprenderem sobre os processos que envolvem seu trabalho, suas relações com outros membros da organização, sobre si próprias e sua relação com a cultura da organização (Preskill & Torres, 2000). Nesta perspectiva, a avaliação de programas sociais pode ser uma ferramenta essencial para fornecer aos gestores informações que possam subsidiar a gestão das políticas públicas.

A discussão sobre avaliação assume uma maior relevância quando os programas sociais, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, são implementados em comunidades consideradas historicamente tradicionais, a exemplo a comunidade ribeirinha do rio Ajuai. O referido programa visa prevenir e eliminar o trabalho precoce, pretendendo servir como âncora do conjunto das ações setoriais do governo voltadas para a recriação das condições materiais para as crianças envolvidas no trabalho infantil retornarem à escola (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2002).

Neste sentido, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil foi implementado em 2005 na comunidade ribeirinha do rio Ajuai, uma das ilhas do Município de Abaetetuba no Estado do Pará, conhecido como a “Medelín do Brasil” pela atuação do narcotráfico. No cotidiano da ilha é comum observar crianças acompanhando as diferentes atividades realizadas diariamente pelos pais. Em face disto, o trabalho precoce no município de Abaetetuba vem sendo intensamente discutido, exigindo uma reavaliação de suas responsabilidades e ações concretas para resolução do problema.

Soma-se ainda a este fato, que a referida comunidade foi alvo da mídia nacional e internacional que denunciou dezenas de casos de crianças e adolescentes mutilados, no degradante trabalho nas olarias na fabricação de tijolo. Nessas empresas de fabricação artesanal, sem recursos, familiar e de subsistência geralmente crianças e adolescentes trabalham com os pais ou com terceiros para ajudar no orçamento familiar.

Este tipo de trabalho coloca em risco a saúde e a segurança da criança envolvida, haja vista que muitas delas foram mutiladas nas marombas¹ das olarias.

Voltado à erradicação do trabalho infantil a implantação o programa em questão acrescenta na comunidade ribeirinha algumas alterações na dinâmica social local, visto que para a inserção no programa e o recebimento da bolsa a criança e o adolescente são retirados de todas as atividades realizadas diariamente pelos pais no interior da floresta, tais como a pesca, extração do açaí, agricultura, caça produção de artefatos de miriti², fabricação de canoas, fabricação de farinha, extração e transporte da argila em batelões³ e etc.

No entanto, na Amazônia, principalmente em áreas habitadas por populações reconhecidas como tradicionais pelo decreto n.º 6040, de 7/02/2007, a exemplo a população ribeirinha do rio Ajuáí, o planejamento e a implantação de programas sociais devem ocorrer com adequações às características à realidade local, pois as especificidades das comunidades precisam ser incorporadas, e o indivíduo deve ser respeitado em seu momento histórico, filosófico e cultural.

Ressalta-se que o aprendizado desse grupo populacional que mora as margens dos rios e dentro das florestas é passado de geração em geração através dos anos e os mesmos dependem dos conhecimentos adquiridos no seu cotidiano para que possam sobreviver no interior da floresta utilizando os recursos naturais (Diegues, 2000). Nesta perspectiva, pensar em programas sociais que apresente em seu escopo a ampliação do universo cultural das crianças e dos adolescentes e o desenvolvimento de suas potencialidades em uma área ribeirinha significa antes de tudo entender as especificidades da realidade local, as peculiaridades de sua organização, a compreensão da condição socioeconômica e cultural que envolve o meio.

O desconhecimento dos elementos supracitados pode incorrer no comprometimento do capital social do grupamento humano inserido no contexto. Além do mais, um planejamento de programas sociais não deve assumir um grau de homogeneidade na realidade brasileira, este para ter o êxito desejado deve ponderar as inevitáveis variações

1 Equipamentos cilíndricos usado na produção dos tijolos que possuem em seu interior um eixo helicoidal (rosca sem fim). O eixo é acionado por um motor, fazendo a saída forçada do barro ou argila.

2 Artefatos fabricados por fibras vegetais que desempenham papel de fundamental importância socioeconômico nas comunidades ribeirinhas.

3 Embarcação usada na pescaria e transporte de argila para as olarias.

em circunstâncias específicas, dentro de um mesmo programa, principalmente naqueles de abrangência nacional (Lobo, 2001).

Considerando que nas últimas décadas a avaliação passou a ser considerada como uma ferramenta estratégica para auxiliar nas decisões das reformas e de políticas educacionais de muitos países foi utilizado o Modelo de Avaliação CIPP (*Context, Input, Process, Product*) como quadro de referência para a avaliação do programa nas suas várias dimensões. O referido modelo se revela mais coerente aos propósitos desse estudo visto que entendemos que a avaliação de um programa social deve orientar o processo de tomada de decisões dos gestores.

Nesta perspectiva, a pesquisa aqui apresentada visa contribuir de forma efetiva com o aprimoramento de programas sociais, em certas áreas da Amazônia, pois o desconhecimento da realidade local, as lacunas de conhecimento técnico e científico existente na história da região e a invisibilidade das necessidades regionais são fatores complicadores que podem ocasionar uma compreensão estreita e distorcida dos resultados de programas sociais.

Assim, este estudo tem como objetivo geral de avaliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, na comunidade ribeirinha do rio Ajuai- Abaetetuba, no período de 2009 a 2011, tendo como suporte o modelo de avaliação CIPP, a pesquisa pretende, entre outras coisas, obter informações que possam subsidiar a tomada de decisões sobre os programas sociais em comunidade ribeirinhas.

Devido às diferenças culturais das regiões brasileiras procuramos fundamentar esta avaliação, baseado na realidade socioeconômica da região, respeitando as especificidades e as peculiaridades locais. Para realização da avaliação, tomou-se como objetivos específicos:

- Analisar como os atores envolvidos com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil compreendem as ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai- Abaetetuba;
- Analisar as dificuldades e desafios encontrados na implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai.

Entendendo complexidade da pesquisa e o desafio das variáveis envolvidas, investigar sobre a temática proposta pode oferecer inúmeros benefícios ao processo de gestão governamental no Estado do Pará colaborando com a discussão sobre implantação de programas sociais em comunidades consideradas historicamente tradicionais. Para atingir os objetivos propostos, a presente dissertação além da parte introdutória que compõe-se pela exposição do tema com informações contextuais e argumentações que justificam o estudo realizado foi estruturada em quatro capítulos inter-relacionados e complementares.

No primeiro capítulo apresenta as informações teóricas e conceituais que embasaram o desenvolvimento deste trabalho. Tece considerações sobre avaliação de Programas sociais, bem como faz-se um esboço sobre o modelo de avaliação CIPP que abrange as avaliações de contexto, input, processo e produto, proposto por (Stufflebeam, 1997). Traz uma revisão da literatura sobre as definições e aspectos legais que envolvem o trabalho infantil no Brasil. Discute ainda as definições e o modo de vida ribeirinha considerando seus significados, identidade cultural e conhecimento vinculado à floresta.

Enquanto, no segundo capítulo, traçamos a exposição detalhada da trajetória metodológica deste estudo, foram delineadas a seleção, caracterização da amostra, os estágios de pesquisa o tratamento dos dados utilizados e os procedimentos de análise, bem como apresenta as etapas da avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai.

No terceiro capítulo são apresentados os resultados da avaliação CIPP. Este capítulo considerou as quatro dimensões envolvidas na abordagem do modelo de avaliação: o Contexto, os Insumos (humanos e materiais), os Processos e os Produtos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na referida comunidade. Concomitantemente analisa as falas, as expectativas dos agentes que protagonizam a experiência do programa em estudo com intuito de adquirir informações que possam contribuir com a compreensão dos mesmos sobre as ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil.

Por fim, no quarto capítulo, são tecidas as considerações finais acerca da avaliação da proposta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai, e feitas recomendações e sugestões para futuros estudos nesta área.

Relevância do estudo

Apesar das denúncias realizadas ao Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente o trabalho infantil, principalmente em olarias, persiste na comunidade ribeirinha do rio Ajuai- Abaetetuba ocasionando o mutilamento de muitas crianças. No cotidiano da ilha as crianças e adolescentes ajudam seus pais e familiares na prática de trabalhos considerados historicamente comuns entre os moradores ribeirinhos.

Cabe destacar que o trabalho infantil se constitui em uma das piores formas de exploração humana, visto que pode ocasionar riscos físicos, sociais, psicológicos e emocionais a crianças e adolescentes, privando de seus direitos sociais. De acordo com a Lei n.º 10.097/2000, art. 1.º, “é proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos catorze anos”. A Emenda Constitucional preconiza ainda que, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre é permitido apenas à maior de 18 anos (Martins, 2004).

Entretanto, algumas considerações históricas e antropológicas devem ser questionadas antes da implantação de programas sociais nacionais junto a uma realidade específica: a comunidade ribeirinha de Ajuai, município de Abaetetuba no Estado do Pará. Não quero expurgar aqui a realidade do trabalho infantil, mas chamo atenção para a realidade local, pois esta população apresenta características próprias, entre elas, a herança cultural de relação de produção familiar, onde todos os membros da família, inclusive a criança quando atinge certa idade, desempenha um papel no contexto familiar que pode ser, na roça, na produção de artefatos ou nas atividades domésticas.

É imperioso chamar novamente a atenção para um olhar atento, sem preconceito e sem mistificação, capaz de traduzir as especificidades encontradas na comunidade em estudo. As crianças beneficiadas pelo programa permanecem na escola aprendendo atividades planejadas no contexto nacional e deixaram de aprender e realizar tarefas essenciais para a sua existência dentro da floresta, este fato pode comprometer o aprendizado necessário para a inserção da criança na sociedade ribeirinha visto que a transmissão de geração para geração dos hábitos, crenças e maneiras de viver ribeirinho representam e caracterizam este grupo social na Amazônia.

Ressalta-se que durante a infância, as crianças aprendem com seus pais além de falar e andar outras habilidades, como nadar, andar em cima de troncos flutuantes, como o do buriti, conhecer o movimento de enchente e de vazante da maré, conhecer espécies de animais aquáticas e florestais, o papel da vegetação na proteção do solo, bem como a

necessidade do cuidado com a vida presente no rio e na floresta, visto que a criança ribeirinha vive a margem do rio e da floresta, os quais os mesmos estão no entorno de sua casa, sendo parte integrante de suas vidas.

Neste sentido, a pesquisa aqui efetivada que tem como objetivo avaliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, na comunidade ribeirinha do rio Ajuái-Abaetetuba, no período de 2009 a 2011, tendo como suporte o modelo de avaliação CIPP, apresenta grande relevância visto que o referido estudo contribui para a elaboração de programas sociais na localidade em questão que envolva todos os seus segmentos, que respeite seus conhecimentos e interaja com sua realidade. Além do mais, elucida a importância de elementos necessários para a interpretação das complexas relações entre as variáveis envolvidas, ou seja, apreender e entender as diferentes dimensões imbuídas no contexto do projeto.

As razões da escolha para o tema em estudo, além de ser explicada pela convivência diária de seis anos com esta população tradicional, esta no fato de dar continuidade ao projeto realizado no curso de Especialização sobre Educação Ambiental e Manejo de Recursos Naturais, realizado pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) que resultou na publicação pela UFPA de um trabalho com a temática: “A importância do rio como meio de sobrevivência para população ribeirinha”.

Não pretendo aqui sair dos caminhos da pesquisa, nem tão pouco perder a objetividade do trabalho. Entretanto, não posso deixar de ressaltar o respeito e a admiração que sinto pela luta diária deste grupo populacional. A experiência vivenciada nas ilhas de Abaetetuba apresentou um grande significado na minha vida profissional, pois assistir diariamente alunos saindo de suas atividades diárias remando mais de uma hora, independente do tempo ou das forças da água, para chegarem à escola, alunos menores carregando seus cascos nos ombros quando seus caminhos ficavam impossibilitados do remo alunos que chegavam com seus olhos vermelhos dos mergulhos na busca de barro e ao mesmo tempo ver este aluno sair da escola deixando seus sonhos, na esperança de melhorar sua qualidade de vida no presente, seguindo exemplos de traficantes da área, faz qualquer profissional urbano levantar vários questionamentos sobre seu papel social.

Esta experiência me fez perceber o distanciamento entre o discurso ideal e o real, me fez acreditar que além de críticas e bandeiras levantadas sobre o assunto é necessário analisar políticas públicas de forma plena e sistêmica. Neste sentido, acreditamos que a inserção de políticas públicas adequadas a realidade do grupamento

humano em questão, apresenta-se como um grande desafio àqueles que estão envolvidos no processo.

Neste momento vale lembrar, a esperança da pedagogia Freireana (1988) para afirmar que: o homem faz a história, o homem pode mudar o mundo. É limitado, contingenciado pelas condições concretas da realidade, mas não é determinado por elas. Pode e deve mudar o mundo com sua inteligência e com sua ação. Por sua vez, a educação é, ou deve ser instrumento dessa ação, na medida em que possibilita tomar consciência da realidade em que vive e, em consequência, agir para transformar esta realidade.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 A importância do modelo CIPP na avaliação de programas sociais

A avaliação de programas é um mecanismo de melhoria do processo de tomada de decisões (Ala-Harja & Helgason, 2000). Esta ferramenta fornece aos formuladores de políticas sociais e aos gestores de programas elementos importantes para o desenho de políticas mais consistentes e para a gestão pública mais eficaz, bem como é essencial para se alcançar melhores resultados e proporcionar uma melhor utilização e controle dos recursos neles aplicados (Costa & Castanhar, 2003).

Nestes termos é consabido que a necessidade de avaliação se estende aos domínios de todas as produções sociais, das políticas públicas e especialmente das educacionais (Dias Sobrinho, 2002). Entretanto, a definição de avaliação é bastante discutida na literatura científica, apresenta interpretações e diferentes significados. A falta de consenso quanto à definição do termo ocasiona certa dificuldade na compreensão mais ampla das diferentes funções da avaliação.

Na ótica de Costa e Castanhar (1998) existe um autêntico emaranhado conceitual, que representa um obstáculo ao uso mais freqüente dessa ferramenta para subsidiar o processo de gestão. Neste sentido Dias Sobrinho (2002) afirma que a avaliação é pluri-referencial, complexa, polissêmica, com múltiplas e heterogêneas referências:

avaliação necessita de uma pluralidade de enfoques e a cooperação ou concorrência de diversos ramos de conhecimento e metodologias de várias áreas, não somente para que seja minimamente entendida ou reconhecida intelectualmente, mas também para poder ela própria se exercitar concretamente de modo fundamentado. (Sobrinho, 2002, p.15)

Apesar das diferentes definições de avaliação, observa-se que a prática da avaliação pode aperfeiçoar os programas e políticas públicas, visto que pode contribuir para o estabelecimento de relações mais claras entre os segmentos envolvidos, bem como obter transparência em relação aos resultados obtidos. Para Mainardes (2006) a avaliação é imprescindível para a intervenção, revisão, desenvolvimento e melhoria do desenho dos referidos programas e políticas.

Consoante a esse entendimento, Costa e Castanhar (2003) afirmam que o propósito da avaliação é guiar os tomadores de decisão, orientando-os quanto à

continuidade, necessidade de correções ou mesmo suspensão de uma determinada política ou programa. Ainda estes autores, assinalam que a avaliação de programas é um exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple o seu desenho, implementação e resultados, buscando a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto e sustentabilidade e a relevância de seus objetivos (Costa & Castanhar, 1998).

Tendo em conta a complexidade de avaliação dos programas sociais Lobo (2001) entende que é necessário definir estratégias de avaliação de programas sociais que atendam à necessidade da tomada de decisões no plano governamental e viabilizem o controle social, privilegiando a inclusão de formas diferenciadas de avaliação qualitativa, a serem mescladas com elementos de ordem quantitativa. A autora ainda afirma que qualquer metodologia de avaliação de programas sociais deve ter um caráter aberto, por não se acreditar pertinente o desenvolvimento de estratégias que visualizem exclusivamente um só desenho ou uma só técnica de coleta de informações.

Portanto, faz-se imprescindível que, na análise da avaliação de um programa social, haja conhecimento e compreensão do modelo de avaliação escolhido, bem como consideração de sua ética, epistemologia e efeitos políticos (Dias Sobrinho, 2002), pois a princípio um programa social é resultante de um intrincado processo de intermediação de interesses representado sob as mais diferentes formas organizacionais e com diferentes graus de poder de influência na gestão governamental.

É neste contexto que se deve perceber a construção do modelo CIPP. Criado e organizado por Daniel L. Stufflebeam em fins dos anos 60 e início dos anos 70, no contexto de calorosas discussões do comitê (Phi Delta Kappa. Distrito da Columbia- EUA), de estudo nacional sobre avaliação educacional que naquele momento encarregava-se de repensar sobre o estágio que se encontrava a avaliação da educação nacional ao mesmo tempo em que pretendiam criar um plano geral para a realização de programas de avaliação de sistemas e programas educacionais.

O modelo teórico de avaliação proposto por Stufflebeam (1997) engloba quatro tipos de avaliação: avaliação do contexto, a avaliação de entrada (input), a avaliação do processo e avaliação do produto. As iniciais dos referidos tipos de avaliação originaram a sigla CIPP, pelo qual o referido modelo teórico ficou conhecido na literatura técnico científica (Lima, Cavalcante & Andriola, 2008). A autora assinala ainda, que este modelo

procurou basear as decisões gerenciais das organizações com base em investigações sistemáticas, pautadas na coleta sistemática de dados relevantes e na análise racional destes.

No referido modelo a avaliação deve ser entendida como um conjunto de informações úteis e confiáveis para tomada de decisões desde o início até o término de um programa. Segundo Stuffebeam e Shinkfield (1995), a avaliação é um processo de identificação, recolha e apresentação de informação útil e descritiva acerca do valor e do mérito das metas, da planificação, da realização e do impacto de um determinado objeto, com o fim de servir de guia para a tomada de decisões, para a solução dos problemas de prestação de contas e para promover a compreensão dos fenômenos envolvidos.

A definição acima resume a concepção chave do modelo CIPP, que postula três propósitos avaliativos que é: servir de guia para tomada de decisões, proporcionarem dados voltados para responsabilidades e promover a compreensão dos fenômenos implicados, visto que tais proposituras tendem a orientar o aperfeiçoamento do modelo, sendo o primeiro deles o mais importante. Portanto a avaliação é vista como um processo composto por três etapas que é identificar, obter e proporcionar informações.

Segundo Stuffebeam (1997), as informações são úteis por emitir juízo de valor e por serem consideradas adequadas para avaliar e ajudar a aperfeiçoar o objeto em estudo que deve ser avaliado em suas metas, planificação, realização e impactos (os quais são avaliados respectivamente como avaliação de contexto, entrada, processo e produto). O modelo CIPP caracteriza-se em quatro etapas de avaliação associadas entre si: avaliação do contexto (**C**ontext); avaliação de entrada (**I**nput); avaliação do processo (**P**rocess) e avaliação do produto (**P**roduct).

Enriquez (2002) em seus estudos sobre avaliação discute os objetivos, as metodologias e as finalidades das etapas de avaliação do modelo CIPP, a respeito dos quais discorrer-se-á, abaixo.

A avaliação de Contexto (**C**ontext) buscaria definir o contexto institucional, identificar a problemática concernente ao objeto de estudo, identificar e avaliar suas necessidades, diagnosticar os problemas subjacentes, bem como julgar se os objetivos propostos são coerentes com as necessidades a serem avaliadas. Fornece a base para planejar as decisões e para determinar os objetivos.

No que diz respeito ao nível metodológico prima-se pela utilização de métodos de análise de sistema, a inspeção, a revisão de documentos, das entrevistas, de testes diagnósticos e etc. Quanto à finalidade, decidir-se de maneira geral, se as metas relacionaram-se as satisfações das necessidades utilizadas pelas oportunidades e se os objetivos coadunam com a busca de solução dos problemas. Proporcionando assim, uma base para ajuizar os resultados.

A avaliação de Entrada (**Input**) tem como objetivo identificar e avaliar a capacidade de um sistema, as estratégias de um programa, e a planificação de procedimentos para levar a cabo estratégias e pressupostos de programas. Metodologicamente a avaliação de entrada procura inventariar e analisar os recursos humanos e materiais disponíveis, as estratégias de solução e procedimentos de aplicação de viabilidade econômica. A metodologia em questão é baseada em análise bibliográfica, visitas a programas, a grupos de assessores e programas piloto. Sua finalidade é buscar selecionar recursos de apoio, estratégias de solução e planificação de procedimentos, usados para efetuar maior controle do processo. Proporcionando assim, uma base para ajuizar a realização do processo em curso.

A Avaliação do Processo (**Process**) tem como meta, perceber durante a avaliação os defeitos da planificação, dos procedimentos e realização do programa em curso avaliado. Proporcionando assim, informações para as decisões pré-programadas. Descrevendo e julgando as atividades e aspectos dos procedimentos. A nível metodológico busca controlar limitações potenciais dos procedimentos, estando alerta a eventuais situações, a partir da obtenção de informações específicas das decisões programadas, bem como descrever o processo real e manter a interação contínua com as pessoas do programa, observando diretamente suas atividades. Tem como finalidade aperfeiçoar os planos dos procedimentos referentes ao programa, para possível controle do processo e desenvolver um esboço do processo real para se utilizar como interpretação dos resultados.

A avaliação do Produto (**Product**) objetiva recopilar descrições e juízos a cerca dos resultados, relacioná-los aos objetivos e às informações proporcionadas pelo contexto, pela entrada dos dados e pelos processos. Interpretando seu valor e mérito. Quanto à metodologia procura desenvolver análise quantitativa e qualitativa dos dados, mediante a recopilação dos julgamentos dos clientes e da avaliação dos critérios dos resultados. A finalidade da avaliação do produto é procurar por decidir pela continuação, finalização,

modificação e ou readaptação das atividades do programa, bem como apresentar informações claras dos efeitos desejados ou não desejados, positivos e negativos. A este respeito, Bonniol (2001) assinala que a avaliação de produto consiste em interpretar as descrições e os julgamentos dos resultados em juízo de valor, levando em conta o contexto, o input e o processo.

Portanto, para Stufflebeam (1997), a avaliação CIPP consiste em fornecer informações concretas que irão ajudar os prestadores de serviços a avaliar regularmente, permitindo aperfeiçoar os serviços e fazer uma utilização eficiente e eficaz dos recursos, tempo e tecnologias, objetivando servir o bem-estar dos legítimos beneficiários de forma adequada e equitativa. Ainda o autor assinala que o propósito mais importante da avaliação não é demonstrar, mas aperfeiçoar visto que não se pode garantir que as metas e objetivos propostos são válidos, se não os confrontarmos com as necessidades daqueles que pretendemos servir.

No Quadro 1, apresentamos uma síntese de algumas das principais características da metodologia inerentes à avaliação do modelo CIPP.

Quadro 1

Características inerentes à avaliação do modelo CIPP.

Avaliação	Procedimentos para a avaliação	Questionamentos
Contexto	<p>1 - Definição e descrição do ambiente em que as mudanças ocorrerão;</p> <p>2 - Identificação das necessidades e dos recursos disponíveis;</p> <p>3 - Identificação de problemas e deficiências em relação as necessidades;</p> <p>4 - Predição de futuras deficiências, levando em consideração o desejável, o possível e os resultados prováveis.</p>	<p>1 - Quais as necessidades não concretizadas que existem no contexto e que não são atendidas por uma determinada instituição?</p> <p>2 - Quais os objetivos que devem ser alcançadas para atender as necessidades?</p> <p>3 - Quais os objetivos que devem receber apoio específico da comunidade?</p> <p>4 - Qual o conjunto de objetivos com maiores possibilidades de concretização?</p>
Entrada	<p>1 - Estabelecer a utilização dos recursos materiais e humanos para alcançar o objetivo do programa;</p> <p>2 - Planejar procedimentos alternativos ou estratégias, considerando o potencial de custo benefício do programa.</p>	<p>1 - A estratégia do programa possibilita uma resposta lógica conjunto de objetivos específicos?</p> <p>2 - Uma determinada estratégia obedece a todas os requisitos legais?</p> <p>3 - Quais as estratégias já existentes e que são potencialmente importantes para realizar os objetivos pré-determinados?</p> <p>4 - Quais as características operacionais e os efeitos das diferentes estratégias?</p> <p>5 - Quais as características operacionais e os efeitos das diferentes estratégias que estão sendo consideradas?</p>
Processo	<p>1 - Fornecer as informações periódicas sobre os procedimentos em ação entre os membros da equipe responsável pela execução do programa;</p> <p>2 - Detectar deficiências de planejamento, efetuar correções e manter atualizado um registro do procedimento ao tempo de sua ocorrência;</p> <p>3 - Manter um mecanismo de <i>feedback</i> contínuo no programa.</p>	<p>1 - O programa está seguindo o cronograma?</p> <p>2 - O staff precisa ser retreinado ou reorientado antes do término da presente fase do programa?</p> <p>3 - As instalações e os materiais estão sendo usados adequada e apropriadamente?</p> <p>4 - Quais os principais obstáculos a serem vencidos na atual fase do programa?</p>
Produto	<p>1 - Identificar conseqüências e discrepâncias entre os objetivos pretendidos e os que foram realmente alcançados;</p> <p>2 - Identificar resultados não pretendidos, mas desejáveis e outros que ocorram;</p> <p>3 - Reciclar o programa para poder concretizar os objetivos que foram alcançados;</p> <p>4 - Dar informações ao responsável pela tomada de decisão quanto ao futuro do, sua continuação, término, modificações na sua estrutura.</p>	<p>1 - Quais os resultados alcançados pelo programa?</p> <p>2 - Quais as conseqüências e discrepâncias entre o que foi pretendido e o que foi efetivamente alcançado no programa?</p>

Fonte: adaptado de Vianna (2000).

Ainda para Enriques (2002), o modelo CIPP incentiva os profissionais e as instituições governamentais a implantar de maneira contínua a avaliação de sistemas e programas educacionais, bem como, ferramenta que leve a justificativas lógicas no momento da tomada de decisão. Entretanto, o autor alerta para certos cuidados que o avaliador terá ao tomar o modelo CIPP, como parâmetro de avaliação no que se refere às informações postadas após processo avaliativo. Pois, seu olhar crítico vislumbra que o referido modelo ingenuamente possa não perceber as relações de poder que seriam evidenciadas no ato de efetuar uma avaliação.

1.2 Fatores determinantes do trabalho infantil

Dentro do contexto nacional brasileiro o trabalho infantil está dentre os temas que nas últimas décadas está presente nos debates e reflexões dos fóruns sociais, ocupando um espaço de grande importância no cenário das políticas públicas tornando-se prioridade na agenda das políticas sociais. Em face disto, o papel da sociedade vem sendo intensamente discutido, exigindo uma reavaliação de suas responsabilidades.

Neste sentido, verifica-se que, entre os vários problemas que afligem a sociedade, o trabalho infantil apresenta-se como um grande desafio àqueles que estão envolvidos no processo e, uma preocupação dos centros produtores de conhecimento do país, se considerar que historicamente este problema social vem marcando a trajetória de muitas crianças brasileiras.

Diante deste quadro, existe a necessidade de analisar o trabalho infantil considerando-o como peça resultante de variáveis interdependentes, ou seja, um fenômeno social de múltiplos condicionantes, dentre os quais: a pobreza, estrutura e a dinâmica do mercado de trabalho, o valor cultural do trabalho na sociedade, a ineficiência do sistema educacional brasileiro e a estrutura educacional da família.

No que diz respeito à pobreza Kassouf (2000) afirma que dentre os diversos motivos para as crianças e adolescentes entrarem no mercado de trabalho a pobreza é um fator relevante, pois o aumento da renda familiar reduz a probabilidade da criança trabalhar e amplia a probabilidade dela frequentar a escola. Para Zaluar (2004) as famílias pobres passaram a recorrer ao trabalho infantil e juvenil para complementar a sua renda. Neste sentido, as famílias das classes populares para sobreviver necessitam de um maior

rendimento para a sua sobrevivência, que por muitas vezes é obtido por meio do emprego informal das crianças.

Outro motivo importante é a demanda do mercado de trabalho por mão-de-obra barata. Além do fato das crianças trabalharem por menor custo, não apresentam organização sindical. Corrobora com esta ideia Rizzini (2002), ao afirmar que a demanda do mercado é um fator determinante na entrada precoce no mercado de trabalho, pois existe um interesse empresarial de formar um contingente de empregados com muitas obrigações e poucos direitos, e esses menores não contam com a defesa de instituições de classe, como os de sindicatos.

Ainda, a mesma autora supracitada afirma que a grande maioria dos adolescentes entra no mercado de trabalho influenciado por fatores individuais, como querer ter seu próprio dinheiro, ser mais livre, ter ocupação ou qualificação adicionada aos elementos culturais, como a crença de que filho de pobre tem que trabalhar ou que o trabalho é disciplinador, e aos fatores econômicos, como a necessidade de ajudar no orçamento familiar. A inserção no trabalho precoce acaba por influenciar no desempenho escolar, no baixo nível de escolaridade existente nas classes populares e conseqüentemente nas futuras oportunidades deste menor.

Porém Madeira (1993) afirma que os problemas internos ao sistema escolar também promove a inserção prematura no mundo do trabalho, pois as altas taxas de repetência e evasão entre as crianças das classes populares, expulsa a mesma do mundo escolar fazendo buscar alternativas. Conforme Freitag (1980), isso se dá em virtude de que a escola que aí temos serve de instrumento de dominação, reprodução e manutenção dos interesses da classe burguesa. Na visão deste autor, a prática educativa escolar reúne poucas condições para se converter em um instrumento de libertação das classes populares, pois a mesma está inserida na lógica da inserção da escola no processo de transmissão cultural das sociedades capitalistas.

Arroyo (1991) afirma que não são as diferenças de clima ou de região que marcam as grandes diferenças entre escola possível ou impossível, mas as diferenças de classe, ou seja, a escola das classes trabalhadoras vem fracassando em todo lugar. As políticas oficiais tentam ocultar esse caráter de classe no fracasso escolar, apresentando os problemas e as soluções com políticas regionais e locais.

No que diz respeito à escolaridade da família como determinante do trabalho infantil o Relatório da Situação da Infância e Adolescência Brasileira (2004) realizado

pela UNICEF afirma que o nível educacional da mãe está atrelado diretamente à situação econômica da criança e do adolescente. Assim, este é outro fator que influencia a entrada de crianças no mercado de trabalho, isto é, pais com maior escolarização aumentam as chances de uma trajetória escolar mais sólida reduzindo a possibilidade da inserção no trabalho precoce.

Como podemos observar na literatura, muitos fatores podem interferir na inserção da criança e do adolescente no trabalho precoce contribuindo para a sua baixa qualidade devida, sendo que este problema social pode ser considerado como um elemento resultante da integração de várias “forças” que englobam o espaço institucional, o espaço das relações, e a sociedade em geral.

1.3 Aspectos constitucionais e legais do trabalho infantil

O Brasil apresenta um arcabouço moderno e sofisticado de leis direcionado à proibição do trabalho infantil e de proteção aos direitos da criança e do adolescente, bem como ainda prevê várias penalidades para os infratores das disposições relativas às leis vigentes. Os principais dispositivos que regulamentam o trabalho realizado pelas crianças e adolescentes: a Constituição Federal, a Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (Consolidação das Leis do Trabalho).

A Constituição Federal, promulgada em 1988, preconiza em seu art.º 7.º a "proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos, e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz". Recentemente, a emenda constitucional n.º 20, aprovada em 16 de dezembro de 1998, que tratou da reforma previdenciária no Brasil determinou a proibição do trabalho a crianças e adolescentes menores de 16 anos, permitindo, no entanto, o trabalho a partir dos 14 anos de idade, desde que na condição de aprendiz.

A Carta Magna Brasileira ainda proíbe a realização de trabalhos aos adolescentes de 16 a 18 anos a em atividades insalubres, perigosas ou penosas, o trabalho noturno, os trabalhos que envolvam cargas pesadas, jornadas longas, e, ainda, os trabalhos em locais ou serviços que lhes prejudiquem o bom desenvolvimento psíquico, moral e

social. Assegura no art.º 227.º que a lei punirá severamente o abuso, a violência e a exploração sexual da criança e do adolescente.

Constitui-se também um direito previsto na Constituição Brasileira, (1988) no art.º 227.º:

é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (Constituição Brasileira, 1988, art.º 227.º)

Ainda no artigo 227.º, a Constituição Federal determina que é dever do Estado promover programas de assistência integral à saúde da criança e do adolescente, admitida a participação de entidades não-governamentais. Em seu artigo 203.º prevê prestação assistência a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, com ênfase no amparo às crianças e adolescentes carentes.

Sobre o mecanismo defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente à infância existe ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990, que norteia o trabalho desenvolvido no País para a proteção e garantia dos direitos da criança e a eliminação gradual da exploração da mão-de-obra infanto-juvenil. O referido estatuto determina a idade mínima para o trabalho em regime de aprendizagem em 12 anos, e altera posteriormente pela Emenda Constitucional n.º 20 para 14 anos.

A Lei n.º 8.069/90, de 13 de julho de 1990 constitui um marco legal inédito sobre a questão do menor, pois determinou inúmeras mudanças na legislação que rege os direitos da criança e do adolescente principalmente no diz respeito ao conteúdo, gestão nas políticas públicas e sistema de defesa e proteção da criança. Proíbe o trabalho de crianças e adolescentes nas seguintes condições: noturno, realizado entre 22 horas de um dia e 5 horas do dia seguinte; perigoso, insalubre ou penoso; realizado em locais prejudiciais à sua formação e ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social; realizado em horários e locais que não permitam a frequência à escola.

Segundo o referido estatuto (Lei n.º 8.069/90):

é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral do poder público assegurar as crianças e adolescente com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde à alimentação ao esporte, ao lazer, à profissionalização à cultura à dignidade, ao respeito à liberdade, à convivência familiar e comunitária.(Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990, art.º 4.º)

O Estatuto pauta-se, portanto em três princípios: descentralização, participação e mobilização. Preconiza a ideia da oferta educacional, por parte do Estado, a todas as crianças de zero a seis anos, ressalta-se à garantia de proteção contra qualquer forma de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”, e, ao “direito de ser respeitado por seus educadores” (art.º 5.º e 53.º).

Para dar suporte à política de atendimento descentralizada o Estatuto da Criança e do Adolescente institui os conselhos municipais, estaduais e nacional de defesa dos direitos da criança e do adolescente, os mesmos com atribuições normatizadoras e formuladoras de políticas. Os referidos Conselhos de Direitos, constituídos de forma paritária por Governo e sociedade, atuam como órgãos deliberativos e controladores das ações atinentes à esfera infanto-juvenil, em todos os níveis de governo.

Somando esforços na mesma direção, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n.º 9.394 de 1996, regulamenta à assistência integral no campo da educação corrobora as disposições do Estatuto da Criança e Adolescente quando prevê em seu artigo 40 a garantia de uma bolsa-aprendizagem ao adolescente de até 14 anos e a extensão dos direitos trabalhistas e previdenciários ao adolescente-aprendiz, maior de 14 anos. Destaquemos, por ora, os artigos 87.º e 40.º da referida lei no qual o primeiro determina a progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas em tempo integral e, o segundo preconiza a articulação do ensino profissional com o ensino regular.

Além do mais, em outros artigos a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define aspectos relevantes para a temática em questão, convém destacar a inserção da educação infantil na educação básica, como sua primeira etapa, reconhecendo que a educação começa nos primeiros anos de vida e é essencial para o desenvolvimento do menor em todos os seus aspectos. De acordo com o artigo 29.º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:

a educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.(Lei n.º 9.394 de 1996, art.º 29.º)

No que diz respeito à Lei n.º 10.097 de 2000, é considerado menor para os efeitos desta Consolidação o trabalhador de 14 até 18 anos. Em consonância com Constituição da República, a CLT proíbe o trabalho dos menores de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos. Deve-se ainda destacar que de acordo com este instrumento legal o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a freqüência à escola.

1.4 Populações tradicionais ribeirinhas da Amazônia

Existem na Amazônia, infinitas formas de associação complexas de vida. Uma grande riqueza da Amazônia é a sócio-biodiversidade. Essa riqueza se expressa no grande número de povos indígenas com diferentes idiomas e costumes, constituindo uma etnodiversidade que deve ser preservada (Maues, 1999). Ainda o mesmo autor afirma que existem populações regionais não índias, entre as quais se incluem algumas categorias étnicas, caboclos, seringueiros, pescadores, camponeses, garimpeiros, ribeirinhos, negros remanescente de quilombos, pessoas de todas as classes e categorias sociais que portam uma diversidade muito grande de forma de organização social e de patrimônio cultural que, por sua vez merecem todo respeito.

As populações tradicionais variam de acordo com cada região do Brasil, apresentando traços culturais que a diferenciam da população que está em seu entorno. De acordo com o decreto n.º 6040, de 7/02/2007, em seu artigo 3.º inciso I, as comunidades tradicionais foram definidas como:

grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (Decreto n.º 6040 de 2007, art.º 3.º)

Neste universo amazônico os fatos históricos caracterizados pelos encontros e desencontros de várias etnias imbuídos por uma pluralidade cultural adicionado pelo processo de aculturação contribuíram para a grande diversidade da cultura amazônica. Pesquisas nesta área são importantes, especialmente na Amazônia, visto que as referidas populações são detentoras de amplo conhecimento tradicional que podem contribuir com a conservação dos ecossistemas naturais locais e planetários, mas o acelerado processo de aculturação ao longo dos anos vem ocasionado à perda desse conhecimento.

Entretanto, o conceito de população tradicional é bastante discutido na literatura científica, não existindo uma definição universalmente aceita.

Para Arruda (2000) populações tradicionais:

apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltados principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. Em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal da propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (Arruda, 2000, p. 274)

Diegues e Arruda (2001) definem sociedades tradicionais:

grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. Essa noção se refere tanto a povos indígenas quanto a segmentos da população nacional que desenvolveram modos particulares de existência, adaptados a nichos ecológicos específicos. (Diegues; Arruda, 2001, p. 27)

De acordo com Diegues (2002), as comunidades tradicionais estão relacionadas a uma forma de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não utilizam a força de trabalho assalariado. Neste tipo de sociedade, produtores independentes realizam atividades econômicas de pequena escala, como agricultura pesca, coleta e artesanato visto que a economia se baseia no uso de recursos naturais renováveis.

Adicionado às características supracitadas Diegues (2002) elenca características específicas que fazem parte do contexto das populações tradicionais dentre elas, a tecnologia utilizada relativamente simples, reduzida divisão técnica e social do

trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; combinação de várias atividades econômicas respeito à natureza e aos membros da comunidade; importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou de compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais.

Entretanto, além do modo de vida um dos critérios mais importantes para a definição de populações tradicionais, é, sem dúvida, o "reconher-se" como pertencente àquele grupo social particular. Esse critério remete à questão fundamental o vínculo de pertença, pois é este sentimento que fundamenta a identidade de um grupo populacional com o seu meio, se os sujeitos não se sentirem pertencentes ao seu meio não podem desenvolver suas competências, seus valores.

Vale ressaltar, neste momento, o conceito de Ribeiro (1985) sobre cultura:

cultura é a herança social de uma comunidade humana, representada pelo acervo co-participativo de modos padronizados de adaptação à natureza para provimento da subsistência, de normas e instituições reguladoras das relações sócias e de corpos de saber, de valores e de crenças com que seus membros explicam sua existência, exprimem sua criatividade artística e a motivam para a ação. (Ribeiro, 1985, p.127)

Para Moraes (1989), abordar uma realidade cultural é tomar para estudo exatamente a transformabilidade de algo dinâmico que se cumpre na dialética entre continuidade e ruptura, inovação e tradição. Assim, no decorrer da história, ao longo do tempo, a Amazônia transformou-se em um grande cenário envolvendo vários personagens, com as mais diversas culturas. Seus protagonistas vivenciaram relações, criando novos elementos que adquiriram novas formas e significados diferentes de sua cultura de origem, dentre os quais o espaço ribeirinho que se constituiu na região Amazônica devido a correntes migratórias, principalmente de nordestinos ocorridos na formação social da região.

Estes grupos populacionais são definidos por Castro (2000), como aqueles que têm suas percepções voltadas para o universo das águas e das matas onde os recursos tanto dos rios como das florestas estão presentes em seus modos de vida enquanto dimensões fundamentais que atravessa gerações e fundem uma noção de território, como patrimônio comum ou de uso familiar.

Para Silva (2000), essas populações possuem um modo de vida peculiar, diferente de outras populações do meio rural ou urbano, apresenta uma cosmovisão esta relacionada com o mundo das águas. Conforme Diegues (1996), o modo de vida dessas

populações apresenta características que as diferenciam, e muito, das populações típicas dos meios urbanos maiores e mais industrializadas. Loureiro (1995) assinala que os ribeirinhos estão inseridos neste mundo como pescadores e caçadores que desenvolveram uma compreensão específica de ver e viver no planeta, na busca de explicar os fenômenos e as situações existentes em cada sociedade.

Antes de qualquer coisa, suas atividades econômicas apresentam dependência em relação à natureza e aos recursos naturais, os quais são os mantenedores de seu modo de dependência, entretanto, longe de apresentar características de depredação, aproxima-se, segundo o mesmo autor, do processo biológico de simbiose. Sua economia está diretamente ligada ao uso dos recursos hídricos.

O entendimento da realidade amazônica, as inter-relações com outras sociedades e a compreensão de sua dinâmica são essenciais para conhecer o verdadeiro universo ribeirinho assim, contribuir para superar discursos preconceituosos sobre estas populações que são considerados como povos primitivos e preguiçosos.

Loureiro(1995) ressalta:

o isolamento que recobria a amazônia com o manto do ministério, distância e intemporalidade, que a impedia de intercambiar seus bens culturais, contribuiu para que se acentuasse sobre ela uma visão folclorizante e primitiva. sendo assim, contra essa corrente de pensamento, o tratar-se da cultura amazônica do caboclo, ela será entendida como expressão da sociedade que constitui a dinâmica, original e criativa que revela, interpreta e cria sua realidade. uma cultura que através do imaginário, situa o homem numa grandeza proporcional e ultrapassadora da natureza que o circunda. (Loureiro, 1995, p. 30)

Devido às características da região, os ribeirinhos dependem dos rios e das florestas para a sua sobrevivência, trabalho e lazer, além de ser uma referência para organização de seu modo de vida, que se entrelaça com o regime das águas e das florestas. Os mesmos apresentam especificidades na sua organização social, seus mitos seus hábitos alimentares, sua medicina e seus horários de trabalho.

Castro (2000), em estudos sobre comunidades amazônicas relata que rio e o ciclo de águas são incorporados como dimensão fundamental na vida de ribeirinhos da Amazônia. As águas cedem ou enchem e o calendário agroextrativista desse grupo realiza um novo movimento, alterando o calendário agrícola; sazonalidade que nos permite identificar saberes sobre a natureza e seus tempos.

Ao tratar das especificidades da Amazônia Lira (1998), afirma que geralmente os ribeirinhos se agrupam em pequenas comunidades constituídas por igreja, barracão de festa, residências, campo de futebol, pequenos comércios. A moradia deste grupo populacional está localizada à margem do rio, construída predominantemente de madeira e coberta de palha ou telha de barro, do tipo palafita, para proteger-se das marés. Este tipo de arquitetura representa uma tecnologia repassada pelos índios e bastante adequada aos ciclos das águas e ao clima amazônico.

Os núcleos populacionais são formados por pessoas que apresentam laços familiares, este fato influencia diretamente em sua organização social. De acordo com Silva (2010) nas comunidades ribeirinhas observa-se que o gênero é um fator importante na definição e divisão das atividades desenvolvidas por cada membro familiar. Nesse sentido, as mulheres são responsáveis pelos cuidados domésticos, trabalhos da casa pelo trabalho de artesanato e o homem realiza o trabalho fora de casa. Os filhos mais velhos se tornam responsáveis pelo apoio aos seus progenitores nas tarefas que executam, dependendo do gênero a que pertença. Desta forma, as meninas aprendem muito cedo a exercer atividades relacionadas às tarefas de suas mães e os meninos a exercer atividades relacionadas às tarefas de seus pais.

Assim, estudos detalhados sobre a organização e as formas como essas populações vivem, se adaptam ao ambiente, os conhecimentos que produzem a respeito do uso do meio ambiente podem contribuir juntamente com outras formas de conhecimento, para preservação ambiental das regiões por elas ocupadas. Rêgo (1999) afirma que certas populações que habitam as regiões de florestas constituem uma relação harmônica com a natureza, visto que dependem diretamente dos recursos naturais para sobreviver. Ainda o mesmo autor ressalta que essas populações apresentam modo de vida e uma cultura diferenciados em função do relativo isolamento e da forte influência do meio natural.

Ainda o mesmo autor afirma que, a concepção do tempo social e do tempo individual encontra-se regulada pelo tempo da natureza. As jornadas seguem sinalizações a partir do reconhecimento de mudanças de sinais naturais: tempo de caçar, de pescar, de coletar (castanha, madeira, etc.) e de fazer roça. Além do fato de que essas populações apreendem a realidade e a natureza baseado não só em experiências e racionalidade como também em valores, símbolos, crenças e mitos. No que diz respeito aos conhecimentos construídos no universo ribeirinho, os mesmos são compartilhados cotidianamente e

forneem a base da convivência daqueles indivíduos entre si e com seu ambiente, construindo o capital social..

Para Putnam (1996) o capital social diz respeito à característica da organização social, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas. Afinal, a noção de capital envolve, em tese, apropriação privada e, conforme salienta o autor a característica central do capital social é que se trata de um bem público.

O mesmo autor afirma que o território, mais que simples base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e comunicações. Um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda não conhecido no próprio desenvolvimento. Sendo que o desconhecimento desta realidade pode ser um fato complicador para a elaboração de políticas públicas que respeite a heterogeneidade das populações tradicionais da Amazônia.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Nesse capítulo pretendemos explicitar a base teórico-metodológica que deu suporte à pesquisa. Entendendo que a metodologia é um importante passo na construção da pesquisa e o caminho para a compreensão do objeto de estudo traçaremos a exposição detalhada da trajetória metodológica e o delineamento da pesquisa. Para Minayo, Deslandes & Gomes (1994), a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador.

De acordo Bruyne *et al* (1991), a metodologia é a lógica dos procedimentos científicos em sua gênese e em seu desenvolvimento, não se reduz, portanto, a uma “metrologia” ou tecnologia da medida dos fatos científicos. Ainda, o mesmo autor afirma que a metodologia deve ajudar a explicar não apenas os produtos da investigação científica, mas principalmente seu próprio processo, pois suas exigências não são de submissão estrita a procedimentos rígidos, mas antes da fecundidade na produção dos resultados.

2.1 Desenho do estudo

A fim de atender ao objetivo dessa investigação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai, quanto ao meio de investigação, optou-se pela pesquisa qualitativa, Pelo fato do objeto de estudo, referir-se a um fenômeno social complexo e dinâmico, que requer a análise da interação de diferentes variáveis na compreensão de seu processo, que envolve o contexto sociocultural da comunidade ribeirinha, a adequação do programa diante da realidade ribeirinha, o entendimento das estratégias e metodologias utilizadas frente às especificidades da localidade.

Por se tratar de uma investigação empírica sobre um fenômeno que não pode ser dissociado de seu contexto e que requer a observação de vários elementos simultaneamente, optou-se como suporte metodológico o estudo de caso, visto que o referido estudo é indicado para questões de *como ou por que* ocorre um determinado fenômeno contemporâneo da vida real e para quando o investigador tem pouco controle sobre os eventos (Yin, 2005).

Além do mais, existe a necessidade de analisar de forma plena, sistêmica, buscando o entendimento e o conhecimento socioeconômico e cultural que envolve o contexto em estudo. Segundo Bruyne *et al* (1991), o estudo de caso reúne informações tão detalhadas quanto possível, com vistas a aprender a totalidade de uma situação.

Para atingir seus objetivos o estudo de caso recorre a técnicas de coletas das informações igualmente variadas (observações, documentos...). O estudo de caso tem como principal característica, o estudo profundo e exaustivo de uma unidade-caso, de maneira que permita o seu amplo e detalhado conhecimento (Gil, 1999).

Para Yin (2005), a essência de um estudo de caso é tentar esclarecer uma decisão ou um conjunto de decisões, incluindo o motivo pelo qual as decisões foram tomadas, como foram implantados e quais os resultados foram alcançados. Ainda para este autor o estudo de caso compreende um método amplo que abrange lógica de planejamento, as técnicas de coleta de dados, as abordagens específicas e à análise dos mesmos. Ainda o mesmo autor em sua análise acerca do tema elenca quatro aplicações para o estudo de caso:

1. Explicar ligações causais nas intervenções na vida real que são muito complexas para serem abordadas pelos levantamentos de dados ou pelas estratégias experimentais;
2. Descrever o contexto da vida real no qual a intervenção ocorreu;
3. Fazer uma avaliação, ainda que de forma descritiva, da intervenção realizada;
4. Explorar aquelas situações em que as intervenções avaliadas não possuam resultados claros e específicos.

Baseado na metodologia supracitada será possível fazer uma pesquisa mais profunda dos impactos ocasionados pelo programa de erradicação do trabalho infantil sobre o contexto sociocultural da comunidade ribeirinha do rio Ajuai.

Desta forma, a metodologia de pesquisa escolhida possibilita um estudo detalhado de um determinado universo com limites definidos e historicamente situados que permitem a descoberta de novas formas de entendimento da realidade, possibilitando também, analisar a compreensão da percepção e do perfil dos moradores ribeirinhos no sentido de identificar as reais necessidades e suas expectativas diante da implantação do programa.

2.2 O problema

Diante da implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai e das lacunas de conhecimento que envolve a região para orientar o planejamento, a implementação de programas sociais em sociedades consideradas tradicionais, chegou-se ao problema e a questão central desta pesquisa: Quais as implicações envolvidas na gestão do programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI, na comunidade ribeirinha do rio Ajuai?

Tendo em conta a complexidade de avaliação proposta o trabalho fundamentou-se na busca de respostas às seguintes questões de investigação:

- ✓ Como os atores envolvidos com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil compreendem as ações voltadas para a erradicação do trabalho infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai- Abaetetuba?
- ✓ Quais as dificuldades e desafios encontrados na implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai?

2.3 Área de estudo

A área da pesquisa localiza-se no município de Abaetetuba ($1^{\circ}43'05''S$ e $48^{\circ}52'57''W$), pertencente à Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Cametá, Estado do Pará, mais precisamente no rio Ajuai afluente do rio Tocantins, que abriga à sua jusante a comunidade Nossa Senhora das Graças e na parte média a comunidade São Sebastião.

A ilha do rio Ajuai ($01^{\circ}45'29''S$ e $49^{\circ}03'25''W$), uma das comunidades ribeirinhas que formam o complexo das ilhas do município de Abaetetuba, foi selecionado como locus desta pesquisa por representar um exemplo típico de comunidade ribeirinha que apresenta um alto índice de problemas com o trabalho infantil.



Figural. Localização da comunidade ribeirinha do rio Ajuai-Município de Abaetetuba.Fonte: Pinheiro (2008).

2.4 Público-alvo

O público-alvo da pesquisa foram os professores monitores, alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI e as famílias beneficiadas pelo programa.

2.5 Estágios da pesquisa

2.5.1 Primeiro estágio de investigação: Levantamento bibliográfico

Para melhor desenvolvimento da pesquisa foi realizado um levantamento bibliográfico, buscando toda a informação disponível na literatura científica e para o aprofundamento teórico do tema em estudo. Foram utilizadas as seguintes fontes de informação: artigos de periódicos, relatórios técnicos, anais de congressos, teses, dissertações, fontes de informações eletrônicas, como as Bases de Dados Bibliográficas e os Portais de Revistas Eletrônicas, Portais ou Bibliotecas Digitais, entre outras. Na tentativa de realizar uma ampla revisão bibliográfica, foram analisadas várias contribuições científicas buscando subsídios para compreensão dos assuntos efetivamente relevantes nas diversas subáreas de abordagem:

- ✓ A importância do modelo CIPP na avaliação de programas sociais.
- ✓ Fatores determinantes do trabalho infantil.
- ✓ Definição e caracterização dos aspectos culturais da população ribeirinha.

2.5.2 Segundo estágio de investigação: Análise documental

Nesta fase foi realizada uma pesquisa documental para o levantamento do contexto-histórico da implantação do projeto. Foi realizada análise de documentos e relatórios da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social de Abaetetuba, sites do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome como também notícias veiculadas pela mídia. Para complementar as informações foi realizado um levantamento dos dados cadastrais do projeto PETI referentes às famílias beneficiadas na ilha do Auaí. Onde foram obtidos dados sobre os aspectos sociais, econômicos e educacionais da população ribeirinha do rio Ajuai, bem como dados referentes estrutura e funcionamento do programa PETI.

De acordo com Ferrari (1983) tanto a pesquisa bibliográfica quanto a pesquisa documental, são dois caminhos frequentemente utilizados nas pesquisas científicas, sendo que a primeira visa conhecer as contribuições científicas que se efetuaram sobre o assunto

pesquisado, enquanto que a segunda tem por finalidade reunir, classificar e distribuir os documentos de todo gênero dos diferentes domínios da atividade humana.

Vale ressaltar, que existe uma experiência acumulada no convívio de seis anos na comunidade como professora do projeto modular de ensino, vivenciando o contexto escolar e convivendo com a documentação da escola que nos permitiu um mapeamento da realidade escolar dos alunos.

2.5.3 Terceiro estágio de investigação: Procedimentos de Coleta de Dados

Apesar do trabalho diário na localidade a definição da amostra foi feita nos meses de dezembro e janeiro quando se deram as 7 visitas, sendo 3 para complementar as observações e 4 para a realização da entrevista do grupo selecionado.

Foram realizadas visitas as escolas da comunidade do rio Ajuai, onde funciona o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Neste momento houve o contato direto e conversas informais com a comunidade: professores alunos oleiros, pequenos agricultores, barqueiros e comunitários em geral a fim de saber como se apresenta a comunidade, qual sua filosofia, suas dúvidas, suas reflexões e como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil está inserido no contexto da comunidade.

Nos quatro últimas visitas, a amostra foi definida. Na seleção dos entrevistados, prionzei para a coleta de dados àqueles que apresentavam relação com o programa. Esta opção se justifica por conta de entender que, tais indivíduos poderiam retratar a realidade do contexto do programa na localidade. Posteriormente, selecionei o universo de depoentes, prionzei na seleção dos entrevistados, os alunos, professores monitores e 40 famílias beneficiadas pelo programa e “informantes-chaves”. No que diz respeito aos questionários, os mesmos foram aplicados a 60 alunos participantes do programa e a 30 famílias beneficiadas pelo programa.

Cabe ressaltar que desde o início da pesquisa houve contato direto com a coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Por meio de conversas informais e acesso a relatórios foi possível o conhecimento da filosofia e da metodologia do referido programa. Esta relação facilitou a identificação e o acompanhamento dos problemas enfrentados para a implementação do programa e o acompanhamento das atividades realizadas.

2.6 Técnicas de coleta e fontes de dados

2.6.1. Os instrumentos de coleta de dados

Esta fase procurou averiguar junto ao universo dos alunos, pais e gestores a compreensão sobre pontos relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Para alcançar os objetivos foram utilizados instrumentos de pesquisa, tais como: observação, questionários e entrevistas.

Foram realizadas visitas as escolas da comunidade do rio Ajuai, onde funciona o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. Neste momento houve o contato direto e conversas informais com a comunidade: professores alunos oleiros, pequenos agricultores, barqueiros e comunitários em geral a fim de saber como se apresenta a comunidade, sua filosofia, sua organização, suas dúvidas, suas reflexões e como o referido programa está inserido no contexto da comunidade.

Primeiramente utilizou-se a técnica da observação participante com o intuito de conhecer o modo de vida da comunidade e como a escola interage com a realidade local. Foi realizado registro minucioso dos dados observados in locus. , posteriormente, o material observado foi discutido e referendado nas entrevistas, bem como com o professor orientador da pesquisa. Gil (1999) diz que a “observação é a utilização dos sentidos com vista a adquirir conhecimentos sobre o cotidiano”

As atividades diárias como professora na ilha possibilitaram a convivência com as famílias ribeirinhas. Desta forma, foi estabelecida uma relação de confiança do grupo envolvido com o pesquisador em questão. Este fato possibilitou a observação do cotidiano escolar, das reuniões comunitárias, dos movimentos reivindicatórios, das festas, das reuniões das olarias, dos “mutirões”, dos sonhos e das dificuldades da comunidade.

Além da observação para a compreensão da realidade local tomamos como instrumento as entrevistas semi-estruturadas abordadas por Thiollent (1980) que pressupõe questões abertas formuladas participantes, oportunizando liberdade de percurso e flexibilidade ao entrevistador, para obter novas informações, relacionadas ao propósito da pesquisa. A entrevista semi-estruturada foi aplicada aos professores municipais e estaduais que atuam na localidade, monitores do programa, gestores, as famílias beneficiadas do programa e menores.

A pesquisa contou com a participação de diferentes atores sociais considerados “informantes-chaves” (pequenos agricultores, barqueiros, oleiros, pescadores,

extratores, lideranças sindicais e moradores antigos), os mesmos conhecem a história e dinâmica da comunidade.

- Entrevista com os responsáveis dos alunos do programa (Anexo 3, pg. 112), objetivou buscar informações sobre as características culturais da comunidade e a importância do projeto para sua família e para a comunidade, bem como os impactos do referido programa sobre a realidade da comunidade.

- Foi realizada entrevista junto à secretária da escola (Anexo 4, pg. 113), para obter informações sobre a infraestrutura do prédio escolar, merenda escolar, transporte escolar entre outras.

-Entrevista com a responsável da escola que sedia o programa (Anexo 5, pg. 116)

- Entrevista com os gestores do programa (Anexo 6, pg. 117) , que objetivou buscar informações sobre a infraestrutura do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), dificuldades encontradas para a implantação do programa e as estratégias utilizadas para a adequação.

-Entrevista com o monitor (Anexo 7, pg. 118) objetivou coletar dados sobre os aspectos relacionados ao perfil profissional, ao plano pedagógico, ao envolvimento no projeto, e dificuldades encontradas para a execução do projeto em sua essência.

Para atingir os objetivos propostos e aumentar a segurança dos dados coletados, as entrevistas foram validadas pelos entrevistados que, após a realização das mesmas, confirmaram suas respostas, bem como foram referendadas pelo professor orientador do estudo.

A aplicação do questionário objetivou as informações sobre os alunos, envolvendo questões sobre o seu perfil e os impactos que o projeto ocasionou em sua vida, entre outras. Estas informações foram obtidas através de um questionário aplicado a todos os alunos selecionados para a pesquisa. Segundo Chizzott (1995) o questionário consiste em um conjunto de questões pré- elaboradas, sistemáticas e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas.

Foram elaborados dois questionários. Um aplicado aos alunos participantes do programa, conforme Anexo 1 (pag. 107) e outro aplicado as famílias beneficiadas pelo programa conforme Anexo 2 (pag. 110). Os questionários foram estruturados contendo questões fechadas e abertas.

O primeiro questionário foi estruturado em 9 blocos de questões, assim distribuídos:

- A – Informações pessoais
- B - As atividades exercidas pelas crianças e adolescentes antes de ingressarem no programa,
- C – Mudanças pessoais que ocorreram após o ingresso no programa
- D- Adaptação do projeto a realidade ribeirinha
- E - Participação nas atividades sócio educativas do projeto
- F- Importância do projeto para família e para a comunidade.
- G- Pontos positivos e negativos do programa
- H- Mudanças para melhoria do programa
- I-Transmissão do capital social

O bloco A contém informações sobre o perfil da criança ou adolescente que participa do programa. O bloco B identifica as características das atividades laborais exercidas pelos menores e o bloco C caracteriza os impactos na vida pessoal dos menores que participam do projeto. Já o bloco D identifica como o projeto se adequou na realidade ribeirinha e o bloco E identifica a participação do menor na totalidade do programa. .

O bloco F caracteriza os impactos ocorridos na família e na comunidade com a implantação do programa. Os blocos G e H caracterizam a percepção dos menores quanto ao desenvolvimento do programa.

Por fim, o bloco I identifica as estratégias e metodologias utilizadas para pelo programa para o resgate da identidade do povo ribeirinho.

O segundo questionário as famílias pertencentes ao projeto foi estruturado em 5 blocos de questões, assim distribuídos:

- A- Informações pessoais
- B - Mudanças pessoais que ocorreram após o ingresso no programa
- C-Importância do projeto para a comunidade.
- D- Pontos positivos e negativos do programa
- E- Mudanças para melhoria do programa
- F-Transmissão do capital social
- G- Adaptação do projeto a realidade ribeirinha

O bloco A contém informações sobre o perfil da família que participa do programa. O bloco B caracteriza os impactos na vida pessoal nas famílias que participam do projeto. Já o bloco C identifica como o projeto se adequou na realidade ribeirinha e o bloco D e E caracteriza os impactos ocorridos na família e na comunidade com a implantação do programa. Por último, os blocos F e G identificam as estratégias e metodologias utilizadas pelo programa na comunidade para o resgate da identidade do povo ribeirinho.

2.7 Tratamento dos dados e procedimentos de análise

De acordo com Minayo, Deslandes e Gomes, (1994), a análise de conteúdo é o termo mais comumente usado para referir-se ao tratamento dos dados de uma pesquisa qualitativa. Esta análise pode ser definida como “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção (variáveis inferidas) destas mensagens (Bardin,1979).

Para a operacionalização da análise do material da pesquisa obtido durante as anotações da observação direta, das entrevistas individuais e documentos de gestão (cópias), foram sistematizados a partir da análise temática de seu conteúdo, organizadas e apresentadas de acordo com as variáveis abaixo descritas:

- ✓ características socioeconômicas da comunidade ribeirinha do rio Ajuá;
- ✓ características da gestão municipal e local do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- ✓ relação e integração entre equipe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil e comunidade;
- ✓ perfil das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- ✓ perfil dos alunos inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- ✓ o enfrentamento dos problemas do trabalho infantil pela comunidade atendida pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;

- ✓ aspectos destacados como questões relevantes para adequação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil á realidade na comunidade ribeirinha do rio Ajuai;
- ✓ mudanças que ocorreram na comunidade ribeirinha após o ingresso no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil;
- ✓ dificuldades e desafios do modelo proposto pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil para a erradicação do trabalho precoce na comunidade ribeirinha do rio Ajuai;
- ✓ sugestões para melhoria do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai.

As entrevistas após uma leitura crítica foram categorizadas possibilitando a identificação das questões centrais da pesquisa. Os dados quantitativos obtidos a partir da tabulação do questionário foram divididos e analisados conforme a disposição do questionário, analisando-se primeiramente os aspectos pertinentes ao perfil da população estudada e em seguida a percepção dos diferentes atores do programa. Para facilitar a análise dos dados construiu-se, ao longo da pesquisa, um banco de dados no qual foi feita a tabulação das respostas dos questionários aplicados. Após a tabulação dos dados procedeu-se à análise das frequências das respostas dos questionários.

Na presente pesquisa foi mantido o anonimato dos sujeitos selecionados para a realização do trabalho de campo. Para proteção dos entrevistados a identificação foi realizada pelo papel que exerce no projeto.

2.8 Modelo de avaliação aplicado na avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI

A metodologia utilizada foi desenvolvida a partir do modelo de avaliação de programas educacionais CIPP de Stufflebean (1995), o qual identifica avaliação como o processo de delinear, obter e fornecer informações úteis para o julgamento de decisões alternativas. Considerando que a finalidade principal deste modelo é proporcionar uma base avaliativa para tomada e justificativa de decisões, o modelo CIPP é um instrumento de avaliação coerente com os propósitos que se almeja na presente avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI.

Seguindo a escopo do modelo avaliativo escolhido, a pesquisa em questão tentou a operacionalização da avaliação do programa o material da pesquisa obtido durante a observação direta, as entrevistas individuais, aplicação de questionários e documentos de gestão (cópias), que foram sistematizados a partir das quatro etapas de avaliação do referido modelo: avaliação do contexto (**C**ontext); avaliação de entrada (**I**nput); avaliação do processo (**P**rocess) e avaliação do produto (**P**roduct), organizadas e apresentadas de acordo com as variáveis abaixo descritas:

1) avaliação de contexto: Descreve escopo da proposta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, bem como o contexto das escolas onde atua o programa na comunidade ribeirinha do rio Ajuai-Abacetuba – PA. Analisa o contexto socioeconômico da referida comunidade para a compreensão da realidade onde o programa está inserido.

2) avaliação de input: fornece as informações acerca do perfil dos recursos humanos (equipe do Centro de Referência da Assistência Social, monitores que atuam no programa, alunos e famílias beneficiadas pelo programa de Erradicação do Trabalho Infantil) envolvidos nas ações pedagógicas, bem como da estrutura física das Escolas e pedagógicos empregados nas atividades do programa.

3) avaliação de processo: fornece as informações sobre as atividades em ação realizadas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, bem como as ações pedagógicas desenvolvidas pelos monitores no referido programa. Ainda visa discutir os problemas encontrados na gestão do programa na comunidade do rio Ajuai-Abacetuba – PA.

4) avaliação de resultados: determina os resultados alcançados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abacetuba-Pa. Para averiguar esses resultados foi considerado a percepção dos diferentes atores envolvidos no processo, no intuito de fornecer dados para os gestores, permitindo desse modo realimentação do programa.

O Quadro 2 sintetiza os principais métodos da coleta de dados, os objetivos que pretendem alcançar, assim como o público-alvo da pesquisa, com base nas diferentes fases da avaliação do modelo CIPP.

Quadro 2

Principais métodos da coleta de dados e objetivos pretendidos, com base nas diferentes fases da avaliação do modelo CIPP.

Questões	Métodos	Fases da avaliação
Contexto do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI Contexto das escolas onde atua o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil –PETI. Características socioeconômicas da comunidade ribeirinha do rio Ajuai;	Pesquisa bibliográfica Análise de documentos Observação direta Questionários Entrevistas	CONTEXT
Recursos disponíveis (humanos, e materiais)	Observação direta Análise de documentos Pesquisa bibliográfica Questionários Entrevistas	INPUT
Como se realizaram as ações pedagógicas desenvolvidas no programa; Aspectos mais significativos do desenvolvimento do programa na comunidade.	Análise de documentos Observação direta Questionários Entrevistas	PROCESS
Resultados do programa; Relação entre resultados e objetivos; Mérito dos resultados.	Questionários Entrevistas Análise qualitativa	PRODUCT

3 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Neste capítulo serão apresentados aspectos relacionados à avaliação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade ribeirinha do rio Ajuai, que possam subsidiar o processo de tomada de decisões dos gestores. Seguindo o modelo da avaliação abordado, o modelo CIPP o estudo considerou quatro dimensões: o Contexto, os Insumos, os Processos e os Produtos do referido programa. Para tal, a pesquisa foi direcionada a obter dados relevantes acerca das dimensões referidas junto aos atores que fazem parte do processo, conforme atividades listadas no (Anexo 1) e das entrevistas semiestruturadas com os atores selecionados (Anexo 2).

Desse modo, como descrito nos procedimentos metodológicos, as informações obtidas durante a pesquisa de campo tiveram por objetivo avaliar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, na comunidade ribeirinha do rio Ajuai- Abaetetuba, no período de 2009 a 2011, tendo como suporte o modelo de avaliação CIPP, a pesquisa pretende, entre outras coisas, obter informações que possam subsidiar a tomada de decisões sobre os programas sociais em comunidade ribeirinhas.

3.1 Avaliação de contexto

Teve como objetivos descrever e contextualizar o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, bem como descrever a estrutura das escolas onde programa atua no intuito de verificar se as mesmas apresentam condições de abrigar as atividades propostas em seu escopo. Além disso, busca analisar as características socioeconômicas da comunidade ribeirinha do rio Ajuai na tentativa de identificar as necessidades e prioridades da comunidade envolvida no programa na tentativa de compreender a realidade onde o programa está inserido. Assim, revelar estratégias que possam ser utilizadas na gestão do programa à realidade local.

3.1.1 Contexto do âmbito da pesquisa: Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Com o apoio a Organização Internacional do Trabalho (OIT), do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF e com a participação de vários setores da sociedade civil em 1994 foi criado o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, coordenado pelo Ministério do Trabalho que através de várias ações implementou o Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil no país .

O referido programa visa prevenir e eliminar o trabalho precoce, pretendendo servir como âncora do conjunto das ações setoriais do governo voltadas para a recriação das condições materiais para as crianças envolvidas no trabalho infantil retornarem à escola (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2002).

O Programa de Erradicação e Prevenção do Trabalho Infantil foi implantado em 1996 pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) no estado do Mato Grosso do Sul devido a denúncias da existência de crianças trabalhando na produção de carvão vegetal. Após este projeto piloto o programa expandiu para a zona canavieira de Pernambuco, na região sisaleira da Bahia, e para outros estados através da Secretaria do Estado da Assistência Social – SEAS, do Ministério da Previdência e Assistência Social– MPAS, inclusive o Estado do Pará.

Porém, ao longo dos anos ocorreram algumas redefinições no escopo do programa, tanto no que tange ao atendimento, quanto na disponibilização de recursos para a execução das atividades, dentre as quais: a perda do caráter preventivo; o estabelecimento de “metas” para os diversos Estados; atendimento a áreas urbanas e metropolitanas; contemplação de um maior número de atividades que envolvem o trabalho precoce; foi estabelecido o tempo máximo de quatro anos para a permanência dos beneficiários, centralidade da família que passa a ter um acesso prioritário ao Programa Nacional de Geração de Emprego e Renda em Áreas de Pobreza – Pronager, desenvolvido pelo Ministério do Interior.

Além das modificações supracitadas no ano de 2005, através da Portaria n.º 666, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS) visando aumentar o alcance dos programas sociais do Governo Federal e ampliar a cobertura de atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil promoveu a integração deste com o Programa Bolsa Família (PBF) que é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades que beneficia famílias em situação de pobreza e extrema pobreza (Programa Bolsa Família, 2009).

A inserção no Programa em questão atualmente se dá pelo Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal, um instrumento de coleta de dados que tem como objetivo identificar todas as famílias em situação de pobreza existentes no País, o qual seleciona as famílias a partir das informações geradas pelo município. Com a integração dos benefícios dos Programas, além de cumprir as condicionalidades de educação e as atividades socioeducativas e de convivência, passam também a ter de cumprir as condicionalidades da área de Saúde, ou seja, o calendário de vacinação, para as crianças entre 0 e 6 anos, e a agenda pré e pós-natal (Portaria n.º 666, 2005).

Além do mais, com a integração dos Programas, os benefícios passam a ser geridos de acordo com as diretrizes do Programa Bolsa Família, deste modo de acordo com as regras vigentes a família passa a ter direito de receber benefícios para até três crianças de 0 a 15 e até 2 de 16 e 17. Em contrapartida, além das condicionalidades do Programa Bolsa Família quanto à frequência escolar e acesso aos serviços de saúde, as crianças e jovens dessa família terão que participar das atividades sócio-educativas no contra-turno escolar.

Cabe destacar, de acordo com a Portaria n.º 666 de 2005 o Governo Federal ao integrar os dois Programas visou racionalizar e aprimorar os processos de gestão dos programas supracitados, ampliar a cobertura do atendimento das crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil do PETI, estender as ações sócio-educativas e de convivência do PETI para as crianças ou adolescentes do PBF em situação de trabalho infantil e universalizar do PBF para as famílias que atendam ao critério de elegibilidade.

Destacamos, a seguir, os critérios de permanência da família no Programa:

- ✓ Todos os filhos com menos de 16 anos devem estar preservados de qualquer forma de trabalho infantil;
- ✓ A criança e/ou adolescente participante do PETI deverá ter frequência escolar mínima de 85% e o mesmo percentual de frequência nas atividades propostas pelas ações socioeducativas;
- ✓ As famílias devem participar dos cursos de trabalho, emprego e renda oferecidos pelo gestor municipal.

O Programa é financiado com recursos do Fundo Nacional de Assistência Social, com co-financiamento de estados e municípios, podendo contar ainda, com a participação financeira da iniciativa privada. A gestão do controle social ocorre por meio

das Comissões Municipais de Erradicação do Trabalho Infantil (responsável pelo acompanhamento da operacionalização do programa no município), Conselhos de Direitos da Criança, Conselhos de Assistência Social e Conselhos Tutelares.

As etapas a serem cumpridas para a implantação do Programa no município estão elencadas abaixo:

- ✓ Inserção dos destinatários no Cadastro único;
- ✓ Seleção, capacitação e contratação dos monitores que trabalharão com as crianças e adolescentes na jornada ampliada;
- ✓ Documentação da família;
- ✓ Estruturação de espaços físicos para a execução da Jornada Ampliada;
- ✓ Disponibilização de transporte para se necessário um levantamento local objetivando quantificar os casos de trabalho infantil na localidade de crianças e adolescentes, especialmente as que se encontram em área rural;
- ✓ Encaminhamento do Plano de ação devidamente preenchido e assinado;
- ✓ Envio da declaração emitida pela constituição Municipal de erradicação do trabalho infantil, declarando o cumprimento de todas as etapas e atestando o efetivo funcionamento do Programa.

Diante de sua complexidade o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atua em parceria com Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Ministério Público do Trabalho (MPT), Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil (FNPETI), Organização Internacional do Trabalho (OIT), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e Fórum Nacional Lixo e Cidadania, gestores locais e membros dos conselhos e comissões municipais.

Para enfrentar as raízes do trabalho infantil o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil apresenta três eixos de atuação: a concessão da Bolsa Criança Cidadã, a manutenção das atividades socioeducativas e de convivência e o trabalho realizado com as famílias. Nesse contexto, o programa faz parte de uma política de assistência social centrada em um dos principais fatores de exclusão de menores, o trabalho precoce. No entanto, fica claro que para êxito do programa é irrefutável que todos os setores envolvidos assumam a responsabilidade necessária para discutir os dilemas e a peculiaridade da implantação do programa.

A avaliação do programa deve subsidiar a gestão no que diz respeito a informações dos resultados nas ações voltadas às crianças e aos adolescentes inseridos nas atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas e degradantes. Cabe destacar que no Estado do Pará, as políticas públicas relacionadas à Erradicação do Trabalho Infantil, não têm alcançado os objetivos almejados. É recorrente na literatura científica que esta realidade é influenciada por vários fatores, entre eles a ausência da visão sistêmica e holística dos referidos problemas, a exemplo à realidade ribeirinhas do rio Ajuai.

Na proposta de ação que norteia o programa de erradicação do trabalho infantil (PETI) está intrínseca a necessidade de mudança cultural, através de ações conjuntas no âmbito escolar, comunitário e familiar, ou seja, tem como prioridades o núcleo familiar, a escola e a comunidade. As ações visam à ampliação do universo cultural, o desenvolvimento de potencialidades com vistas à melhoria do desempenho escolar e inserção no circuito de bens, serviços e riquezas sociais (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2003).

Com base na Portaria SEAS/MPAS n.º 458 de 2001 o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil:

é um programa do Governo Federal que tem como objetivo geral, em parceria com diversos setores governamentais e da sociedade civil, retirar crianças e adolescentes de 7 a 15 anos de idade do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre, ou degradante, ou seja, daquele trabalho que coloca em risco sua saúde e sua segurança. (Portaria n.º 458, de 2001)

Cabe ressaltar para melhor compreensão do objetivo do programa são consideradas perigosas insalubres ou degradantes segundo o Protocolo do PETI (2004), baseado na Portaria n.º 4, de 21 de março de 2002, no Ministério do Trabalho e Emprego e no Relatório Global do seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (2001), as atividades como:

- a - Área urbana: o comércio em fêrias e ambulantes, lixões, engraxates, flanelinhas, distribuição e venda de jornais e revistas, comercio de drogas, prostituição.
- b- Área rural: a cultura de sisal, algodão e fumo, horticultura, cultura de laranja e outras frutas, cultura de coco e outros vegetais, pedreiras e garimpos, saleiras, cerâmicos e olarias, fabricação de farinha, pesca, cultura de cana de açúcar e fumo, carvoaria.

Conforme explicitado no documento de referência do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, é priorizado as famílias com renda per capita até meio salário mínimo, que apresentam filhos trabalhando em situação de risco ou exploração. Conforme suas diretrizes explícitas o centro da proposta do projeto é a família, que deve ser trabalhada por meio de ações socioeducativas e de geração de emprego e renda, buscando assim a sua promoção e inclusão social.

Ainda, de acordo com as diretrizes do programa as famílias beneficiadas devem ser trabalhadas por meio de ações sócioeducativas e de geração de renda que contribuam para o seu processo de emancipação, para sua promoção e inclusão social, tornando-as protagonistas de seu próprio desenvolvimento social garantindo sua proteção e inclusão social que deve se constituir no *locus* central de atuação.

Conforme o MPAS, Um dos instrumentos do Programa é a Bolsa-Escola, concedida mensalmente às crianças e adolescentes inseridos no Programa. No escopo do projeto, como já citado anteriormente, está inserido a Jornada Ampliada que tem por objetivo aumentar o tempo de permanência da criança e do adolescente na escola. Essas atividades devem acontecer com uma carga mínima de 3 horas diárias durante o mês de segunda a sexta-feira, conforme os períodos em que as crianças estiverem na escola.

De acordo com a filosofia do projeto durante um período, eles devem ir para a escola, e em outro, participar das ações realizadas na jornada ampliada, onde terão almoço, merenda, reforço escolar e atividades esportivas, culturais, artísticas e de lazer, eliminado a possibilidade de serem desenvolvidas atividades profissionalizantes com as crianças e adolescentes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil condicionada a uma frequência regular à escola, assim como à “Jornada Ampliada” no turno complementar.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2001), a função dos programas socioeducativos, desenvolvidos em períodos contrários as aulas da escola, não é a de substituir ou repetir o que a criança faz na escola, mas complementar e enriquecer a educação que ela recebe de seus professores e familiares. O Protocolo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (2004) corrobora com esta idéia ao afirmar que o objetivo da jornada ampliada é direcionar a criança e o adolescente ao seu processo de aprendizagem e melhoria do seu desenvolvimento, não fazendo parte da sua proposta a execução de atividades voltadas para iniciação ao trabalho, profissionalização ou semi-profissionalização.

No que diz respeito à Jornada Ampliada de acordo com as diretrizes do programa é a ação educativa complementar à escola que se divide em dois núcleos: o núcleo básico e o núcleo específico: O núcleo básico tem por finalidade enriquecer o universo informacional, cultural, e lúdico de crianças e adolescentes, por meio de atividades complementares e articuladas entre si, destacando aquelas voltadas para o desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida, de trocas culturais e as atividades lúdicas. Este núcleo visa apoiar a criança e o adolescente em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua autoestima, em estreita relação com a família, a escola e a comunidade.

No que diz respeito ao núcleo específico visa desenvolver uma ou mais atividades artísticas, desportivas e/ou de aprendizagem, tais como:

- atividades artísticas em suas diferentes linguagens que favoreçam a sociabilidade e preencham necessidades de expressão e trocas culturais.

- práticas desportivas que favoreçam o autoconhecimento corporal, a convivência grupal e o acesso lúdico.

- atividades de apoio ao processo de aprendizagem, por meio de reforço escolar, aulas de informática, línguas estrangeiras, educação para a cidadania e direitos humanos, educação ambiental e outros, de acordo com interesses e demandas, especificidades locais e capacidades técnico-profissional do órgão ou organização proponente; ações de educação para a saúde, priorizando o acesso a informação sobre os riscos do trabalho precoce, a sexualidade, gravidez na adolescência, malefícios do uso de drogas, DST/AIDS, entre outros temas.

Na proposta do programa a Jornada Ampliada deve apresentar-se associada com o cotidiano escolar, visto que de acordo com o protocolo deve se constituir em propostas com planejamento prévio, direcionado a realidade dos beneficiários, inclusive a dimensão adequada das necessidades e interesses dos mesmos. As famílias e comunidades que fazem parte do programa devem necessariamente ser inseridas no processo de construção das propostas de trabalho, tanto no que diz tange a sua participação ativa na indicação de seu conteúdo, quanto no que diz respeito as suas vocações e costumes.

Cabe ao setor educacional a responsabilidade da elaboração da Jornada Ampliada, haja vista que a mesma deve ser composta por atividades eminentemente complementares ao desenvolvimento socioeducativo e cultural da criança e do adolescente assistidos. À necessidade dessa ação deve se constituir em propostas com planejamento

prévio, cujas bases para sua construção estejam condizentes com a realidade de seus destinatários, inclusive a dimensão adequada das necessidades e interesses dos beneficiados.

De acordo com as diretrizes do programa a elaboração da proposta pedagógica deve obedecer aos seguintes eixos: princípios estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), interdisciplinaridade das atividades, multiprofissionalidade do atendimento, integração das Políticas e Programas (Educação, Assistência Social, Cultura, Esporte, etc.), fortalecimento da Cultura Local e intercâmbio com outras realidades, protagonismo dos usuários, participação das Famílias Assistidas, nível de desenvolvimento físico, psíquico e social dos usuários, alteração da realidade dos usuários, buscando-se a promoção de melhorias e avaliação e monitoramento.

É de responsabilidade do Município através da Secretaria Estadual de Educação e Secretaria Municipal, contratar e capacitar monitores para a jornada ampliada, bem como também cabe ao mesmo arcarem com as despesas para o pagamento dos monitores, podendo ser utilizado até 30% dos recursos destinados à jornada ampliada.

O monitor deve procurar estabelecer vínculos com as crianças e adolescentes de forma a instigar o seu autoconhecimento como sujeito social, além de estimular sua autoestima. Para tanto, faz-se necessário garantir a formação continuada dos monitores. Deve ser previsto um treinamento mínimo, além de momentos mensais formativos, para fornecer o planejamento e a reflexão sobre a temática do cotidiano. Essa formação fundamenta-se no pressuposto de que a educação implica a necessidade de conhecimentos.

Além das atividades ligadas ao cotidiano comum, os monitores devem ver as crianças e os adolescentes do PETI como seres em particular, com história própria, carências e problemas peculiares, pois as mais vulneráveis podem precisar de atendimento específico (assistência à saúde, terapias, etc). O contato entre os professores e monitores deve ser regular para que haja harmonia nas ações desenvolvidas e para que se possa realizar um acompanhamento mais eficiente nos avanços e dificuldades no processo de aprendizagem das crianças e dos adolescentes.

As atividades da Jornada Ampliada devem acontecer de segunda a sexta-feira, durante todo o mês, com carga de quatro horas em cada período, conforme os períodos em que as crianças e os adolescentes estiverem na escola. No caso de dificuldade de acesso aos locais de realização da jornada ampliada, especialmente na área rural, a carga horária

poderá ser reduzida, não podendo ser inferior a duas horas diárias. Mesmo durante as férias escolares a jornada prolongada deve desenvolver atividades. A administração da Jornada Ampliada é de responsabilidade do governo municipal, assim, os recursos destinados à sua manutenção são repassados diretamente para o Fundo Municipal de Assistência Social, a mesma fica em gestão estadual somente quando o município não estiver habitado para a gestão municipal.

3.1.2 Análise da estrutura física das escolas onde atua o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil-PETI

De acordo com a Secretária Municipal de Educação do Município do município o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil funciona na comunidade em duas escolas: Escola São Sebastião (Baixo Ajuái) e Escola Padre Anchieta (Alto Ajuái). As escolas atendem alternando em dois turnos alunos da educação infantil, do nível fundamental menor. Sendo que a escola Padre Anchieta também atende alunos matriculados no do nível fundamental maior e alunos matriculados nível médio originários do próprio rio e de outros rios próximos entre eles; rio Paruru, Furo Gentil e Costa Maratató.



Figura 2. Escolas onde atua o Programa PETI na comunidade do rio Ajuái-Abaetetuba – PA. Escola São Sebastião (A). Escola Padre Anchieta(B). Fonte: Miranda (2010).

A proposta central do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é fazer com que crianças e adolescentes troquem o trabalho por atividades que desenvolvam suas habilidades cognitivas, sociais e culturais. No entanto, sabe-se que o resultado positivo dessas atividades também depende de espaços adequados que possibilitem um trabalho de qualidade. Mediante a esses fatos, a escola onde atua um programa de inserção social, a exemplo o PETI, deve apresentar uma estrutura que atenda os princípios preconizados por lei, ou seja, os direitos de igualdade e de liberdade.

Neste sentido, é imprescindível que a escola disponibilize boas estruturas de funcionamento, material didático, e um número adequado de alunos. Subsídios estes que facilitam o bom desempenho das atividades, conforme garantem as diretrizes do programa, quando afirma que os recursos devem ser utilizados desde os gêneros alimentícios para o reforço alimentar, bem como para materiais escolares, esportivos, artísticos, pedagógicos e de lazer (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2004).

Assim, é necessário caracterizar a estrutura física, disponível para a realização do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuái.

Quadro 3

Espaço físico das escolas que servem Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI na comunidade do rio Ajuái-Abaetetuba – PA.

Estrutura Física	Escola Padre Anchieta		Escola São Sebastião	
	Respostas	N	Respostas	N
Salas de aula	Sim	13	Sim	08
Biblioteca	Sim	01	Não	--
Sala de vídeo	Não	-	Não	-
Quadra de esporte	Não	-	Não	-
Laboratórios	Não	-	Não	-
Espaço de lazer	Sim	01	Não	--
Refeitório	Não	01	Não	-
Sala de informática	Não	-	Não	-
Sala de estudos	Não	-	Não	--
Secretária	Sim	01	Sim	01
Sala de direção	Sim	01	Sim	01
Instalações sanitárias interna com fossas biológicas	Sim	02	Não	-

Fonte: pesquisa de campo

Percebe-se que na comunidade do rio Ajuái, as crianças e adolescentes integrantes do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, não encontram no espaço

físico da escola e conseqüentemente a motivação necessária para permanecerem nela, visto que este espaço deve propiciar condições para o acesso de permanência do aluno na escola, a aprendizagem e ao ensino. Espaço que deve contribuir positivamente com as relações sociais dos atores sócias envolvidos. No espaço existe uma docência haja vista que os alunos aprendem dele lições sobre a relação entre o corpo e a mente, o movimento e o pensamento, o silêncio e o barulho do trabalho, que constroem conhecimento (Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar, 2006).

Foi observado através das observações que o programa enfrenta dificuldades, visto que as escolas que atendem o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil apresentam um espaço físico insatisfatório para abrigar todas as atividades propostas que atendem o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.



Figura 3. Áreas de lazer das escolas onde atua o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba – PA. Escola São Sebastião (A). Escola Padre Anchieta(B). Fonte: Miranda (2010).

As escolas que atendem o programa não cumprem bem seu papel na aprendizagem, pois a sua estrutura física descrita anteriormente não proporciona aos alunos padrões de qualidade que lhes permitem atender suas necessidades sociais, cognitivas e motoras. O ambiente em questão não permite ainda que os alunos exerçam atividades culturais na escola. Não existe quadra de esporte e a área de lazer não é coberta e encontra-se em condições precárias ficando inapropriadas para o desenvolvimento de quaisquer atividades de forma satisfatória.

O espaço físico e estrutural de uma escola deve ser organizado de modo que atenda as necessidades sociais, cognitivas e motoras do aluno. Estado tem o dever de garantir padrões mínimos de qualidade de ensino definido como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem (Parâmetros Curriculares Nacionais, 1999).

3.1.3 Análise das características socioeconômicas da comunidade ribeirinha do rio Ajuái - Abaetetuba-PA

Localizado na micro região de Cametá – Nordeste Paraense, o município de Abaetetuba apresenta uma extensa rede hidrográfica, com rios, furos e igarapés navegáveis em quase toda sua extensão. Em seu espaço territorial, segundo dados do I.B.G.E, configuram-se 45 ilhas habitadas por centenas de ribeirinha. Apresenta uma população de 3.208 habitantes, formando uma comunidade de 747 homens, 837 mulheres, 582 crianças e 1042 jovens e adolescentes, em sua totalidade 462 famílias, apresenta-se como uma população tradicional ribeirinha da Amazônia com todas as suas características culturais.

De acordo com a Secretária Municipal de Educação do Município do município a comunidade ribeirinha do rio Ajuái o referido apresenta duas escolas: Escola São Sebastião (Baixo Ajuái) e Escola Padre Anchieta (Médio Ajuái). As escolas atendem alternando em dois turnos alunos da educação infantil, do nível fundamental menor. Sendo que a escola Padre Anchieta também atende alunos matriculados no nível fundamental maior e alunos matriculados nível médio originários do próprio rio e de outros rios próximos entre eles; rio Paruru, Furo Gentil e Costa Maratató.

Cabe destacar que o prédio da Escola Padre Anchieta apresenta papel importante na comunidade do rio Ajuái, pois além de ser palco das reuniões comunitárias, representa um símbolo de organização para esses moradores, pois o mesmo foi construído por eles em grandes mutirões, o qual eu tive prazer de participar e observar o comportamento de seus líderes e a divisão de suas atividades.

No que diz respeito aos profissionais que atuam no nível fundamental menor nas escolas são pertencentes à rede municipal. O nível fundamental maior e nível médio são assistidos pelo Estado em parceria com a prefeitura através do Projeto Modular de

Ensino que funciona através de módulos de disciplina. Os professores do referido projeto são itinerantes. Este fato dificulta análise do perfil dos professores que atuam na área, haja vista que estes profissionais atuam em módulos de disciplinas por período determinado, tendo rodízio de profissionais por etapas.

Quanto à escolaridade os professores que atuam no ensino fundamental menor são professores com formação no magistério e os professores que atuam no nível fundamental maior e nível médio apresentam formação superior. No que tange a naturalidade destes professores, os professores do ensino fundamental menor são originários da própria comunidade. Enquanto, os profissionais do ensino fundamental maior e médio em sua grande maioria são originários da sede dos municípios de Abaetetuba e de Belém.

No que se refere à educação este grupamento humano esteve à margem dos planejamentos estatais, fato este comprovado pela precária oferta de ensino na comunidade que perdurou por muitos anos. Somente em 1985 foi implantado na comunidade o Projeto Modular de Ensino que tem como objetivo levar a educação básica para as comunidades que apresentam carência de profissionais que possam atuar no nível médio e fundamental maior. Este projeto atua em um sistema de rodízio em 364 localidades, servindo a 16 mil alunos em 96 circuitos. Vale ressaltar, que a implantação deste projeto na localidade foi motivo de comemorações e muitas orações, como é possível observar na fala de um pai de 30 anos entrevistado.

PAI “1” Na minha época era mais difícil, só tinha até a quarta série aqui na localidade as crianças ficavam repetindo, repetindo não tinha mais para onde ir, voltavam para roça. Quando chegou aqui o projeto modular eu fiquei feliz, somente Deus para fazer este milagre, até eu vou voltar a estudar.

Percebe-se que ao longo do tempo esse grupo populacional foi caracterizado como atores coadjuvantes do desenvolvimento local e, como consequência, são protagonistas de problemas sociais. Cervini e Burger (1991) nos dizem que entre os principais fatores que determinam e condicionam a decisão familiar para inserção, ou não, da criança no mercado de trabalho estão à acessibilidade, a qualidade e os custos da educação.

Além do trabalho infantil a referida comunidade enfrenta diariamente uma situação escolar que não difere muito das escolas de outras comunidades de mesma origem onde faltam escolas, infraestrutura, qualificação docente, apoio às iniciativas de renovação pedagógica, currículo inadequado, alto índice de repetência, distorção idade-série, reprovação e evasão escolar.

Historicamente, no Brasil, a educação no meio rural a exemplo a comunidade do rio Ajuai esteve relegada e á margem das políticas educacionais implantada nos pais. Desde a implantação da educação pública, em 1759 até o final do segundo império, não há registros de iniciativas dirigidas á oferta de ensino regular em áreas rurais. Na trajetória da formação escolar brasileira, embora possam ser ressaltados fatos que apontam intenções do setor público no século XIX, de beneficiar as populações no meio rural de escolas, sabe-se que só a partir de 1930 ocorreram programas de escolarização considerados relevantes para as populações no campo.

No entanto, a educação básica no entender de Cury (2002), toma-se, dentro do art.4º da LDB, um direito do cidadão à educação e um dever do Estado em atendê-lo mediante oferta qualificada, pois é indispensável, como direito social, a participação ativa e crítica do sujeito, dos grupos a que ele pertença, na definição de uma sociedade justa e democrática. A legislação educacional vigente, traduzida pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n.9394 96, pelo Plano Nacional de Educação - PNE, Lei n.10.172 2001 pautam obrigações e exigem iniciativas por parte do poder público.

A LDB destaca nas disposições gerais da Educação Básica que:

Art.28- Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias á sua adequação ás peculiaridades da vida rural e de cada região especialmente;

- ✓ conteúdos curriculares e metodologias apropriadas ás reais necessidades e interesse s dos alunos da zona rural;
- ✓ organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar ás fases do ciclo agrícola e ás condições climáticas.
- ✓ adequação à natureza do trabalho na zona rural.

É importante salientar que a Constituição Federal determina no seu artigo 5º a igualdade entre todos, brasileiros e estrangeiros residentes no país, tendo como pressuposto a ideia do respeito à diversidade. Significando a igualdade na diferença, assim é necessário que

se aprecie as diferenças de cada grupo social. Para que toda a população tenha acesso ao ensino, por exemplo, é essencial reconhecer as particularidades e as necessidades específicas de cada grupo. O reconhecimento da diferença é instrumento fundamental para o alcance da igualdade e para a conseqüente aproximação dos indicadores sociais de cada um dos grupos que compõem a sociedade.

No que diz respeito às atividades econômicas, o extrativismo mineral baseado na retirada da argila, minério que é utilizado na fabricação de cerâmica nas olarias da comunidade é uma das principais atividades econômicas desenvolvidas pelos moradores do rio Ajuai. As olarias são caracterizadas como indústrias familiares com técnicas rudimentares, seus produtos são comercializados principalmente na sede do município e na capital do Estado. Por diversos fatores, entre eles, a falta de investimento, a técnica de fabricação ultrapassada e a instabilidade na cadeia produtiva, estes não conseguem competir com a qualidade de outros pólos de fabricação.

Outra atividade econômica praticada por este grupo populacional é a prática o extrativismo vegetal, com a retirada do açaí, produto largamente utilizado na dieta alimentar da região, sendo comercializado para todo Estado. A presença de atravessadores na comercialização deste produto e a falta de incentivos para a organização de cooperativas e manejo florestal implicam em pequeno retorno financeiro para esta população. Para melhor compreensão do contexto é necessário elucidar que a extração de açaí, além de contribuir de forma significativa na alimentação das famílias serve de moeda de troca para suprir as necessidades diárias. Este fator não pode ser mensurado, mas apresenta grande relevância para qualidade de vida do grupo estudado.

É importante esclarecer que a definição da abrangência do conceito de renda no meio rural, engloba o autoconsumo produtivo ou alimentar (Norder, 1997). Este autor identifica ainda outras especificidades que dificultam a mensurar a renda neste meio, dentre as quais: a complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade na comercialização da produção; a utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua, a troca de dias que reduz a necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e a renda; além da tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos, entre outras.

Também fazem parte desse cenário econômico, pequenas lavouras que comercializam na própria comunidade, o cultivo de plantas medicinais, a pesca, a coleta de

camarão. Outras atividades econômicas são a transporte escolar (rabeteiros), o barreiro (coletor de argila para as olarias), o artesão que produz cestos, peneiros e similares com a palmeira da árvore do miriti ou buriti, típicos da região, e pequenos comércios (tabernas).

Além das atividades econômicas consideradas legais na comunidade estudada, o tráfico de drogas e de produtos contrabandeados, faz parte do cotidiano desses ribeirinhos, que entrelaçados por motivos culturais do município ou por protagonizarem um simples papel de coadjuvante no desenvolvimento regional convivem com os “piratas das águas”, bandidos armados que atuam no narcotráfico. Muitos adolescentes abandonam a escola para adentrarem na pirataria, pois acreditam que este tipo de atividade pode melhorar sua qualidade vida.

Em sua luta pela subsistência essas populações realizam diariamente a pesca nos rios através de instrumentos artesanais como rede espinhel⁴ e linha. Nos igarapés são utilizados métodos tradicionais de pesca como; gapuiar e tapagem⁵. Também é realizado a ‘pesca’ do camarão nos igarapés através de instrumentos denominados matapis⁶.



Figura 4. Atividades econômicas realizadas pelas famílias beneficiadas pelo Programa PETI na comunidade do rio Ajuai-Abatetuba – PA. Fonte: Miranda (2011).

⁴Espinhel tipo de arte de pesca à linha constituído por uma linha principal, forte e comprida, de onde dependem outras linhas secundárias mais curtas e em grande número, a intervalos regulares, onde cada uma termina num anzol.

⁵ Gaupiar e tapar são operações que consistem em cercar a entrada do igarapé com tecido de talas de japuti. Após a secagem natural destes pequenos igarapés, durante a vazante da maré, recolhem-se os peixes que ficam presos.

⁶ Matapis é um apetrecho utilizado para a pesca do camarão, feito de talas de algum tipo palmeira, as quais são amarradas em corda.

As atividades econômicas destas famílias ainda dependem de sistema de comercialização e escoamento com participação de atravessadores. Estes intermediários da comercialização são, geralmente, moradores da própria comunidade ou de áreas próximas, costumam escoar esta produção na sede do município ou para municípios vizinhos, a exemplo Belém, Abaetetuba. A produção na área em questão apresenta historicamente elementos diferenciados em sua cadeia produtiva: pequeno produtor-----> atravessador ---> consumidor.

Foi observado que não existe um retorno financeiro satisfatório para melhoria da qualidade de vida das famílias. As dificuldades de escoar a produção, a falta de estrutura e equipamentos para seu beneficiamento, bem como a falta de energia elétrica, diminui a qualidade e o valor econômico da produção, ocasionam margem de lucro não tão significativo, o que favorece o ciclo de pobreza e subdesenvolvimento da região.

Quando questionados sobre suas dificuldades encontradas no exercício de suas atividades econômicas os entrevistados atribuíram a vários fatores que influenciam diretamente a desmotivação da relação, tais como: falta de apoio técnico, falta de financiamento, limites de infraestrutura e hábitos culturais.

Acresce-se a essa realidade graves problemas com o narcotráfico, crianças mutiladas em seus trabalhos diários em olarias e programas sociais planejado no contexto nacional que não leva em consideração sua história e sua identidade cultural, como se os mesmos não fizessem parte do tecido vivo da cultura ocidental.

Este sentimento é traduzido por Gruzinski (2001) quando relata que:

Portanto, não é o silêncio dos arquivos que explica, até data recente, as lacunas ou falas das pesquisas, mas uma tendência a esquecer a história de certas regiões do globo, ou a lhe conferir apenas uma parcela desprezível no destino dessas regiões. Ocultando a história, somos privados de uma profundidade essencial e ignoramos os efeitos da colonização ocidental em todas essas paragens e, por conseguinte, as relações que aí se desencadearam. (Gruzinski, 2001, p.35)

A moradia deste grupo populacional está localizada à margem do rio, construída de madeira e coberta de palha ou telha de barro, do tipo palafita, para proteger-se das marés. Este tipo de arquitetura representa uma tecnologia repassada pelos índios e adequada aos ciclos das águas e ao clima amazônico. No que diz respeito à parte interna das moradias do rio Ajuá podemos observar que a maioria das casas não apresenta

divisões em seus compartimentos e poucas mobílias. Algumas moradias já apresentam geladeiras, aparelho de som, televisão e antena parabólica. Vale ressaltar que a presença dos dois últimos aparelhos citados, independe da situação financeira do morador, pois a antena parabólica já é considerada uma presença constante no interior do Pará.



Figura 5. Moradia das famílias beneficiadas pelo Programa PETI na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA. Fonte: Miranda (2011).

Ainda quanto à moradia, as condições sanitárias das residências são precárias, pois a maioria dos sanitários não apresenta fossa séptica e destina seus dejetos para os cursos d' água. Este fato que decorre da falta de saneamento básico e contribui diretamente para contaminação dos cursos d' água, conferindo risco à saúde humana pela água. É comum encontrar na comunidade crianças e adolescentes com micoses hepatite e diarreia.

Nota-se, portanto, que a água apresenta-se como um dos principais veículos de transmissão de parasitas e microrganismos causadores de doenças, tornando-se um importante elemento de risco à saúde aos moradores locais que a utilizam para consumo diário, lavar louça, lavar roupa, pesca e transporte. De acordo com os relatos dos moradores a comunidade não apresenta coleta de lixo. Em geral, o lixo diário dos moradores (latas, plásticos, restos de comida, dejetos de animais, etc.) é jogado nas margens do rio e em toda área de drenagem da bacia.

Adicionado a este cenário, mais recentemente, registros da doença de chagas, causada pelo protozoário parasita *Trypanosoma cruzi* que é transmitido pelas fezes de um inseto (triatoma) conhecido como barbeiro, foram registrados na comunidade. A Secretaria Estadual de Saúde do Pará apontam problemas na manipulação de alimentos em geral e o desmatamento como possíveis causas do avanço da doença no Estado do Pará, fato este que promoveu um desequilíbrio ambiental, pois o barbeiro ao sentir-se ameaçado se aloja nos cachos de açaí para ali se hospedar transformando a palmeira em seu novo habitat.

Doyal e Gough (1994) afirmam que o homem apresenta necessidades básicas, deve ter garantida autonomia e saúde, o que implica ter acesso a uma série de bens e serviços, dentre os quais: alimentação adequada e água potável; moradias que proporcionem proteção adequada em relação ao clima, ao risco de epidemias; ambiente de trabalho seguro, fator fundamental para a integridade física e psicológica das pessoas; entorno físico seguro, fundamental para a saúde física das pessoas; atenção sanitária apropriada; infância segura; relações primárias significativas; seguridade física, ameaçada pela violência, pelas guerras, atentados; ensino adequado; segurança econômica, fator fundamental na garantia da autonomia e saúde das pessoas.

Vale lembrar neste momento Santos (1987), para perguntar quantos habitantes no Brasil são cidadãos? Quantos nem sequer sabem que não são. Para este autor o simples nascer investe o indivíduo de uma soma inalienável de direitos, apenas pelo fato de ingressar na sociedade humana viva, tornar-se um ser no mundo, é assumir com as demais, uma herança moral, que fez de cada um portador de prerrogativas sociais. Direito a um teto, a comida, a educação, a saúde, ao trabalho, a justiça, a liberdade e a uma existência digna.

As afirmações supracitadas nos remetem afirmar que há uma grande contradição entre no ideário da lei e a realidade apresentada em certas regiões do planeta. De um lado a lei, preconizando: erradicação do trabalho infantil, toda criança na escola; educação direito de todos e dever do Estado e da Família; direito fundamental a ser assegurado com prioridade absoluta à criança e ao adolescente. De outro lado, a realidade que conduz à lógica da exclusão e suas consequências, ou seja, escolas mal estruturadas, professores mal remunerados, miséria, fome, identidade cultural não reconhecida, não acesso à escola, desemprego, reprovação, repetência, defasagem nos estudos, evasão e falta de saneamento.

3.2 Avaliação de insumos

Teve como objetivo avaliar o desenho do programa, os objetivos esperados com a sua realização. Desta forma, centra nas informações acerca dos recursos humanos (equipe do Centro de Referência da Assistência Social, monitores que atuam no programa, alunos e famílias beneficiadas pelo programa) envolvidos nas ações sócio pedagógicas, bem como nos recursos materiais empregados nas atividades do programa.

3.2.1 Análise dos recursos humanos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

3.2.1.1 Gestão local do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Dados obtidos na Secretária Municipal de Educação do Município de Abaetetuba o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, coordenado pelo Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) localizado na sede do Município, atende a 71 menores na ilha do rio Ajuai, sendo 32 alunos na Escola Padre Anchieta e 39 na Escola São Sebastião.

No âmbito da gestão, a equipe do Centro de Referência da Assistência Social, é composta de uma coordenação, uma assistente social, uma psicóloga, um técnico administrativo, um estagiário de serviço social e instrutores de atividade. Este grupo é responsável pela gestão, execução e operação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município, bem como pelo acompanhamento e monitoramento sistemático dos trabalhos realizados.

No que concerne ao perfil profissional da equipe do Centro de Referência da Assistência Social, a mesma apresenta naturalidade paraense originários dos municípios de Abaetetuba e Belém, com diferentes níveis de formação, como mostra o quadro abaixo:

Quadro 4

Perfil profissional da equipe que atua no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

EQUIPE	N	FORMAÇÃO
Coordenador	01	Nível Superior
Assistente Social	01	Nível Superior
Psicólogo	01	Nível Superior
Técnico Administrativo	01	Nível Médio
Estagiário de Serviço Social ou psicologia	01	Nível superior incompleto
Instrutores de Atividade	03	Nível Fundamental

Fonte: Centro de Referência da Assistência Social

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai atua com dois monitores fixos na localidade, os mesmos realizam a Jornada Ampliada que ocorre em horário contrário às aulas dos alunos nas escolas. Estes profissionais quanto à formação apresentam nível médio são do sexo feminino e moradores locais. Cabe destacar que trimestralmente, são contratados monitores itinerantes, para a realização de oficinas com as crianças e adolescentes beneficiadas pelo programa.

3.2.1.2 Análise do perfil socioeconômico das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba-PA

É recorrente na literatura científica (Kassouf, 2002; Cervini e Burger, 1991; Silveira *et al*, 2000) que vários fatores determinam a entrada da criança no mercado de trabalho. O problema está associado à pobreza, à desigualdade e à exclusão social. Desta forma, para caracterizar de forma contextualizada o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai é necessário entender o perfil das famílias beneficiadas pelo programa. Assim, neste tópico relacionamos as principais características da família na qual a crianças e os adolescentes estão inseridos.

É consabido que a escolaridade da população é um importante indicador social que reflete, com precisão, as situações de desigualdades e oportunidades das diferentes regiões do País e conseqüentemente a reprodução do ciclo de pobreza. Além do mais, a educação é um fator primordial nas mudanças comportamentais necessárias para a construção de uma sociedade sustentável. Na Tabela 1 encontram-se elencados o nível de escolaridade das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

Tabela 1

Nível de escolaridade das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba-PA.

Escolaridade	Frequência
Primeiro grau incompleto	70%
Primeiro grau completo	10%
Analfabeto	20%

Fonte: pesquisa de campo

O quadro acima demonstra que o grau de escolaridade das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é baixo. Constatou-se que o a maioria dos entrevistados apresenta o nível fundamental incompleto ou apenas são alfabetizados. O baixo nível de instrução observado nessas famílias retrata as condições históricas da trajetória da educação no meio rural no país.

No que se concerne à educação, a área que vive as famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil esteve à margem dos planejamentos estatais, fato este comprovado pela precária oferta de ensino na comunidade que perdurou por muitos anos. Como resultado da ausência de políticas educacionais observa-se a baixo nível educacional dos pais dos alunos do programa. Neste sentido, infere-se que quanto maior a escolaridade do pai e da mãe, menor é a probabilidade das crianças trabalharem, ressaltando que as magnitudes dos efeitos marginais são maiores no meio rural (Kassouf 2002).

Nos estudos de Brandão (1983), são apresentados os resultados de uma pesquisa desenvolvida pelo Programa de Estudos Conjuntos de Integração Econômica da América Latina (ECIEL), o qual se baseou em um uma amostra de cinco países latino-americanos, e concluiu que o fator mais importante para compreender os determinantes do rendimento escolar é a família do aluno, sendo que, quanto mais elevado o nível da escolaridade da mãe, mais tempo a criança permanece na escola e maior é o seu rendimento e, este comportamento familiar está relacionado à influência de vários fatores interligados na trajetória escolar das famílias dos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai.

Quando perguntados sobre os motivos que os levaram a esse afastamento da escola os responsáveis das famílias apontaram a necessidade de trabalhar para contribuir

para melhoria da renda familiar (40%), a falta de escolas (30%), dificuldades na aprendizagem (10%), e mutilamentos e doenças (10%). Como demonstra a figura 7:

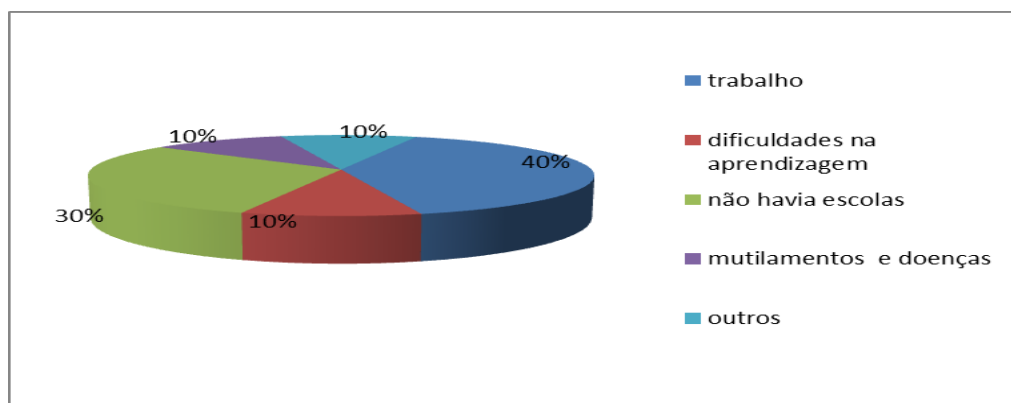


Figura 6. Motivos que levaram os responsáveis das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba - PA ao fracasso escolar.

Os dados revelam o que o trabalho precoce, a falta da efetivação de políticas públicas direcionadas à qualidade de vida, bem como o desconhecimento da realidade do homem rural representam fatores que marcam este grupo social através dos anos. Além do mais que oferta de educação básica de qualidade, compromisso assumido pelo Estado brasileiro durante a Conferência Mundial "Educação para Todos" de 1990, em Jontiem, em certas regiões ocorre de forma lenta e gradual.

Desta forma, ainda que a educação básica, seja uma determinação constitucional, conforme estabelece a Constituição de 1988, afixado pelo Estado, o que se verifica é a prática contínua de falta de oportunidades. O fato mencionado acima trouxe graves consequências para a relação destas famílias ribeirinhas com a escola, pela própria precariedade da estrutura de ensino, a realidade local dificultou a democratização das oportunidades educacionais. Para dar continuidade em seus estudos, após a conclusão do ensino fundamental menor, as famílias mandavam seus filhos para outros lugares, nos quais por muitas vezes sofreram grandes preconceitos, como pode ser observado nos depoimentos de mães de alunos do programa.

MÃE "1" Quando eu tinha 10 anos fui morar na casa de uma senhora, todo dia eu apanhava. Eu queria estudar, mas na minha escola os meninos diziam que eu era burra, então eu pedi para voltar e fui trabalhar com minha mãe na roça. Hoje meus filhos estudam no PETI e ainda ganham para isso, é um milagre.

MÃE “2” Queria estudar, mas não tinha escola, aqui no Ajuai só tinha até a quarta série. Não deu pra continuar, não tive condições de ir para outro lugar. Quando vejo meu filho continuando os estudos, tendo oportunidade de ser um grande homem fico muito feliz.

Esses relatos nos remetem afirmar que a realidade na comunidade do rio Ajuai conduz à lógica da exclusão e suas conseqüências, ou seja, famílias abandonadas pelo poder público com trajetória escolar fundamentadas em fracassos. O mais grave deste processo é que, como mostram estudos na área, esse fato influenciou diretamente na vida de seus filhos.

No que tange a renda mensal das famílias beneficiadas pelo programa PETI os dados demonstram com clareza a precariedade econômica da população em estudo e a vulnerabilidade social que essas famílias apresentam em relação trabalho precoce. A grande maioria afirma que ganha menos de um salário mínimo, enquanto 30% declararam receber um salário mínimo como renda familiar.

Tabela 2

Salário mensal das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

Renda mensal	Frequência
Um salário mínimo	30%
Menos de um salário mínimo	70%

Fonte: pesquisa de campo

É recorrente na literatura científica que o nível de renda familiar é uma variável importante na participação das crianças na força de trabalho. De acordo com informações do PNAD (2009), existe uma grande relação entre o baixo nível de renda familiar *per capita* e a maior incidência do trabalho infantil. Em muitos casos a renda gerada pela criança trabalhadora é relevante para a sobrevivência das famílias e, a não ser que estas sejam assistidas, proibir o trabalho das crianças pode exacerbar lhes a pobreza (Kassouf, 2002).

Apesar da pobreza representar uma das causas importantes do trabalho infantil, não constitui seu único determinante. Esta conclusão fica mais evidente no caso da comunidade do rio Ajuai, cuja inserção no trabalho das crianças e adolescentes encontra-se também associada à questão cultural. Como pode ser observado no depoimento do oleiro

que foi chamado pela imprensa local e nacional de assassino de criança de fundo de quintal.

PAI “1” Me chamaram de pai assassino na televisão, fiquei com muita vergonha, durante um tempo eu não sai no rio. Professora, meu pai me ensinou trabalhar nisso, ele aprendeu com meu avô, toda a minha família vive disso, não sei fazer outra coisa, achei que poderia ensinar para meus filhos.

PAI “2” Eu nunca estudei, não sei assinar meu nome, mas sei trabalhar professora pode perguntar na comunidade sou barreiro, carrego tijolo, tiro açaí. Tudo eu faço e tento ensinar para meu filho.

Tabela 3

A profissão exercida pelas famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abacetuba – PA.

Atividades	Gênero	
	M	F
Oleiro	40%	30%
Lavradores	20%	20%
Pescadores	10%	10%
Extratores	20%	-
Artesões	10%	30%
Domésticas	-	10%

Fonte: pesquisa de campo

3.2.1.3 Análise do perfil dos alunos inseridos no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abacetuba– PA.

Dados obtidos na Secretária Municipal de Educação do Município do município de Abacetuba o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil atende a 71 menores na ilha do rio Ajuai. A pesquisa de campo permitiu conhecer algumas características importantes para o entendimento do Programa PETI. Alguns dados foram sintetizados como mostra o quadro abaixo.

Quadro 5

Distribuição dos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil por faixa etária e gênero na comunidade do rio Ajuai-Abetetuba – PA.

Escola Padre Anchieta			Escola São Sebastião		
Idade	M	F	Idade	M	F
8	0	0	8	0	0
9	0	0	9	1	1
10	0	0	10	3	2
11	0		11	2	1
12	4	1	12	3	4
13	5	2	13	3	6
14	11	9	14	8	5
	20	12		20	19
Total	32		Total	39	

Fonte: pesquisa de campo

Os dados obtidos demonstram que não existe uma diferença de gênero entre os alunos que frequentam o projeto. Os dados apresentados demonstram que o gênero no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai não é uma variável importante para a inserção no programa. Por outro lado, reflete a falta de oportunidade no que diz respeito ao acesso ao ensino e a permanência na escola para todos os gêneros.

Outro fator que caracteriza os alunos do programa e de fundamental importância para a compreensão da realidade local é taxa de distorção idade-série. Verificou-se que, entre as questões que afligem os gestores do programa PET, este é um problema relevante dentro do contexto educacional, pois vem marcando ao longo dos anos a trajetória dos estudantes da comunidade. Esta preocupação é observada nas falas da gestora e da professora do Programa.

[...] A distorção idade-série é um problema muito sério nos alunos do PETI, muitos dos alunos por diversos motivos evadiram da escola e com projeto retornaram. Porém, já estão com uma idade mais avançada para a série que cursam. Aproximadamente 50% dos alunos do programa não condiz idade e série. Estamos tentando mudar essa realidade

A situação supracitada pela monitora está em consonância com a realidade da educação básica na zona rural, pois segundo dados do Plano Nacional de Educação as séries iniciais do ensino fundamental apresentam uma elevada distorção idade-série. Esta

questão reflete-se nas demais séries, fazendo com que esses alunos cheguem às séries finais do ensino fundamental com uma defasagem ainda maior.

Além do mais, para a superação desses desafios é importante a compreensão das necessidades reais dos diferentes grupos populacionais, pois o desconhecimento deste fato pode levar a escola, assegurar um papel secundário dentro da organização social não conseguindo superar os preconceitos e as barreiras que envolvem a realidade aluno, principalmente quando este aluno pertence a uma organização social diferente.

No que tange o trabalho precoce os menores entrevistados afirmam que em suas vidas atuaram em diferentes funções, principalmente nas olarias na fabricação de tijolos e na prática do extrativismo vegetal. O quadro abaixo demonstra as atividades remuneradas exercidas pelos alunos antes da implantação do programa

Tabela 4

Atividades exercidas pelos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

Atividades	Frequência
Extrativismo vegetal (açai)	40%
Trabalho em olaria	35%
Pesca	5%
Lavouras	5%
Trabalho em artefatos de argila e miriti	10%
Outros	5%

Fonte: pesquisa de campo

Para a compreensão do perfil dos alunos do programa PETI de forma contextualizada é necessário entender sua relação com o trabalho e quais os riscos físicos que envolvem esse menor. Na vida desses menores o trabalho inicia muito cedo a pesca, caça, agricultura, a colheita e o remo e no caso específico da região a atividade oleira faz parte da vida cotidiana desses alunos que são ensinados por seus pais (que aprenderam com seus pais) por vários motivos, dentre os quais: sobrevivência na floresta, deslocamento no rio, proteção, passagem do conhecimento aprendido, ajuda nas dificuldades diárias e contribuição econômica.

Entretanto, devido ao processo de pauperização das famílias envolvidas. Os menores foram sobrecarregados com jornada de trabalho, muitos acima de 20 horas semanais, sem direitos trabalhistas. Muitas as atividades são exercidas pelas crianças na

comunidade que para ajudarem os pais na renda familiar acabam evadindo da escola. A título de exemplo do trabalho infantil desenvolvido na área de estudo podemos citar as crianças executando a tarefa de "barreiro" na produção de tijolos. Outro exemplo comum são as crianças que cumprem a função de lavradores e as que participam da colheita do açai.

A colheita do açai é uma atividade perigosa, principalmente no momento da colheita, a criança pode sofrer acidentes de queda, visto que é necessário subir na palmeira (*Euterpe oleracea*) que pode apresentar até 10 metros de altura. Para subir e retirar o cacho do açai, é utilizado como anti-deslizante a peçonha, um sistema medieval de folhas do açazeiro amarradas nos pés.

Enquanto que na atividade oleira, os riscos físicos são presentes em todas as fases da fabricação que inicia pela extração da argila, o transporte através de batelões, a descarga até a olaria, a inserção da matéria prima na maromba, moldagem, corte e transporte do tijolo as prateleiras de secagem a fornagem, o desenformamento, empilhamento pós secagem e o transporte para os barcos de comercialização. Nas Condições de trabalho dentre as quais falta de equipamento de proteção, excesso de peso, ambiente insalubre, exposição às intempéries, postura inadequada, doenças sistêmicas e a sazonalidade da atividade.

Na fase final da fabricação do tijolo é necessário um tempo entre 48 a 72 horas de queima para atingirem o grau necessário para comercialização. Isso exige um grande esforço físico onde o oleiro fica exposto ao calor, pois precisa alimentar a queima colocando lenha no forno para manter temperatura ideal para realização deste processo. Ainda vale ressaltar que o manuseio da maromba realizado com os pés que ocasionou ao longo da história um alto índice de mutilação em vários ribeirinhos da região, inclusive de menores.

Em síntese devido às tarefas realizadas e as condições de trabalho a criança fica esgotada fisicamente, o que compromete o seu desempenho escolar. Entre as principais conseqüências da entrada precoce no mercado de trabalho estão o nível educacional menor e a renda mais baixa no futuro, quando comparados aos obtidos por indivíduos que começaram a trabalhar mais tarde (Anker, 2000). Mediante esta análise, é possível inferir que os alunos do PETI são integrantes de um contexto diferenciado na cultura ocidental. Algumas atividades são comuns em seu cotidiano independente de ser

remunerada. Sendo o gênero uma variável importante na divisão do trabalho. Esta relação é elucidada no quadro abaixo

Quadro 6

Atividades exercidas de acordo com o gênero dos alunos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

ATIVIDADES	SEXO	
	M	F
Escola- lazer-olaria	X	X
Escola-lazer-caça	X	
Escola-lazer-serviços domésticos		X
Escola-lazer- pesca	X	X
Escola-lazer-trabalho em artefatos de argila e miriti	X	X
Escola-lazer- coleta de açai	X	
Escola-lazer- lavoura	X	X
Escola-lazer-barreiro	X	

Fonte: pesquisa de campo

No que tange a participação na contribuição da renda familiar 65% dos alunos ressaltaram que já tinham contribuído de alguma forma na renda familiar, apenas 35% afirmaram que ainda não tinham contribuído com a família.

Tabela 5

Contribuição do aluno do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil com a renda familiar na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

Contribuição com a renda familiar	Frequência
Crianças que já contribuíram com a renda familiar	65%
Crianças que não contribuíram com a renda familiar	35%

Fonte: pesquisa de campo

Entretanto, quando questionados sobre o destino referente ao valor da bolsa do Programa PETI os alunos responderam que utilizam para diversas finalidades. Porém, 70% dos alunos do Programa PETI considera que o valor da bolsa do referido programa é insuficiente para substituir a diária que ganhavam trabalhando nas atividades da ilha e suprir suas necessidades diárias. Apenas 30% afirmaram que o valor da bolsa é suficiente para suas necessidades. O quadro abaixo demonstra claramente o destino da bolsa do programa PETI.

Tabela 6

Destino do dinheiro da bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuáí-Abaetetuba – PA.

Destino do dinheiro da bolsa do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil	Freqüência
Material escolar -necessidades diárias da família	40%
Material escolar alimentos	25%
Material escolar e roupas	30%
Material escolar	5%

Fonte: pesquisa de campo

Cabe destacar, que os fatos constatados pela observação direta demonstram que a realidade, muitas vezes, se mostrou diferente e alguns problemas persistem para o agravamento da situação citada acima. Além das atividades econômicas legais na comunidade estudada, o tráfico de drogas e de produtos contrabandeados, faz parte do cotidiano desses ribeirinhos, que entrelaçados por motivos culturais do município ou por protagonizarem um simples papel de coadjuvante no desenvolvimento regional convivem com os “piratas das águas”, bandidos armados que atuam no narcotráfico como mostra o relato de um morador da ilha.

[...] Larguei a escola para trabalhar como atravessador das mercadorias que vem de fora, já estava cansado de passar fome, estudar não dá futuro, pelo menos aqui nunca deu, os piratas das águas são chamados de doutor, eu quero ser doutor.

Nas entrevistas com os alunos do programa PETI ficou claro o receio de falar sobre o assunto supracitado. Entretanto, os mesmos demonstram conhecerem a realidade em questão, principalmente pelo problema da segurança de suas famílias, que enfrentam diariamente os perigos de viagem nos rios.

Ao serem questionados sobre a importância dos conhecimentos que seus pais apresentam em relação à utilização dos recursos naturais (água, animais, vegetais, ar e florestas), 85% dos alunos do programa consideram importante o referido aprendizado. Enquanto, 15% por cento não consideram. Observamos através dos resultados que os alunos entrevistados demonstram valorizar a cultura local, contrapondo-se aos limites advindos do domínio cultural urbano, que minimiza a cultura tradicional dos povos da Amazônia, e como consequência, os mesmos acabam por não se reconhecerem como produtores de cultura, nem como uma sociedade possuidora de um conhecimento da natureza.

No contexto histórico brasileiro, o rural sempre foi relacionado ao arcaico, em contraposição ao urbano tido como moderno. Foi estabelecido um estigma cultural e social em que o agricultor pobre é identificado, de forma pejorativa, como: “matuto”, “caboclo”, “jeca”, “caipira” (Damasceno 2003). Neste sentido, é necessário que programas sociais que apresentam em seu escopo a inclusão de egressos do trabalho infantil em comunidade consideradas tradicionais na Amazônia, a exemplo o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil trabalhem com propostas pedagógicas que busquem o resgate da dignidade humana, à autoestima e incentivo à luta pelos direitos de cidadania

Nesta perspectiva, um programa que visa resgatar a cidadania destes jovens, deve construir uma proposta pedagógica que contextualize a base nacional com os conhecimentos da comunidade, suas crenças, suas músicas, suas lendas, histórias, habilidades, seus problemas, suas questões sociais, a discussão da relação com a cidade, seus sistemas de produção, seus sonhos, suas expectativas, seu conhecimento sobre a natureza e sua tecnologia.

No que concerne ao aprendizado que seus pais apresentam em relação à utilização dos recursos naturais, os alunos relatam:

ALUNO “1” Meu pai aprendeu com meu avô, eles andavam no mato.

ALUNO “2” Meu avô ensinou pro meu pai.

ALUNO “3” Minha mãe aprendeu com minha avó.

ALUNO “4” Meu avô ensinou pro meu pai.

ALUNO “5” Com meu avô andando pelo rio.

ALUNO “6” Minha mãe aprendeu fazer farinha com minha avó.

Os relatos acima demonstram claramente que a transmissão do conhecimento desta população não está presente apenas nos discursos, mas também nas práticas cotidianas dos participantes da comunidade formando seu capital social. Afinal, a noção de capital social pode ser entendida como o conjunto de recursos (boa parte dos quais simbólicos) de cuja apropriação depende em grande parte o destino de certa comunidade (Putnam 1996).

No entanto, o que se percebe é que apesar de vários estudos (Maues, 1999; Arruda,2000; Silva,2000; Diegues,2002); afirmarem a importância deste grupamento

social como população tradicional na Amazônia, bem como que a identidade cultural deste povo está intimamente ligada a sua memória, a realidade histórico-cultural desta população é "invisível" nas páginas dos livros de história, dos livros didáticos, os mesmos vivem à margem das políticas públicas e estão inseridos como simples espectadores do mundo globalizado que não valoriza e nem retrata sua realidade local.

No que diz respeito à importância da aprendizagem dos conhecimentos dos pais para a sua sobrevivência na floresta 25% dos alunos não demonstraram interesse pela aprendizagem, 45% afirmaram que é muito importante para as suas vidas e 30% relataram que gostariam de aprender, mas não é prioritário em suas vidas. Os resultados, ora apresentados, revelam de forma subjetiva a relação do jovem ribeirinho com sua organização.

É inegável a necessidade de retirar crianças e jovens do trabalho precoce, o trabalho que degrada e prejudica o desenvolvimento humano. Entretanto, vale lembrar que os alunos do PETI da comunidade do rio Ajuai são crianças e jovens que moram na floresta, que necessitam de seus conhecimentos para viver no contexto ribeirinho, que devem ter interesse em conhecer a fauna e a flora local, o movimento da maré, defender de animais peçonhentos. Este aprendizado é transmitido através das gerações na em uma comunidade ribeirinha. É recorrente na literatura, que o espaço ribeirinho é caracterizado pela relação do homem com o meio o qual vive, uma relação de dependência e sobrevivência com o rio e a mata formam essas relações sociais que desenvolveram e caracterizaram o viver ribeirinho na Amazônia.

Parte-se do entendimento, diante desta complexidade social que é necessário discernir o trabalho infantil precoce, de hábitos culturais necessários para estas crianças sobreviverem na floresta. É importante também pontuar que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil em seu artigo 8º, parágrafo 3º ao tratar da educação do campo preconiza que as propostas pedagógicas das instituições de educação infantil, filhos de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem reconhecer os modos próprios de vida no campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças.

No que tange a identidade cultural 100% dos alunos entrevistados responderam que se consideram ribeirinhos. Ainda quando perguntados sobre a definição de um homem

ribeirinho, as diferentes falas demonstram claramente a visão destes menores em relação ao seu grupo populacional.

ALUNO“1” São pessoas que moram na beira do rio e trabalham muito.

ALUNO “2” São moradores que moram na margem dos rios e passam muitas necessidades”.

ALUNO “3” São moradores dos rios que tem um trabalho muito pesado.

Cabe destacar que na proposta metodológica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil a criança ou o adolescente deve permanecer na escola em tempo integral. Diante deste fato, a proposta pedagógica do referido programa deve estar comprometida em resgatar a identidade cultural do povo ribeirinho, no intuito de transformar sua realidade social, solidificando o elo entre homem ribeirinho-identidade cultural- cidadania, visando resgatar a autoestima ribeirinha nessas comunidades.

Para Saviani (2000) o caminho do conhecimento é perguntar dentro da cotidianidade do aluno e na sua cultura; mais que ensinar e aprender um conhecimento, é preciso concretizá-lo no cotidiano, questionando, respondendo, avaliando, num trabalho desenvolvido por grupos e indivíduos que constroem o seu mundo e o fazem por si mesmos. Por sua vez, a educação é, ou deve ser instrumento dessa ação, na medida em que possibilita tomar consciência da realidade em que vive e, em consequência, agir para transformar esta realidade.

3.2.2 Análise dos recursos materiais do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI

Em termos dos recursos disponíveis, a situação da escola também é insatisfatória para atender as necessidades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. As condições da infraestrutura da escola deve ser uma preocupação constante para o desenvolvimento das ações no local de trabalho, bem como um espaço que deve contribuir positivamente com as relações sociais dos atores sócias envolvidos.

Quadro 7

Infraestrutura das escolas onde atua o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuá-Abaetetuba – PA.

Recursos materiais	Escola Padre Anchieta		Escola São Sebastião	
	Respostas	N	Respostas	N
Carteiras	Sim		Sim	
Freezer	Sim	01	Sim	01
Geladeira	Não	-	Não	
Ventilador	Não	-	Não	-
Computador	Não	-	Não	
Televisão	Sim	01	Não	-
Dvd	Sim	01	Não	-
Kit tecnológico	Não	-	Não	-
Retroprojeter	Não	-	Não	-
Equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula	Não	-	Não	-
Gerador de energia	Sim	01	Não	-
Louça	Sim		Sim	
Fogão	Sim	01	Sim	01
Armários	Sim	02	Sim	02

Fonte: pesquisa de campo

No que diz respeito ao material pedagógico, foi observado através da observação direta que existe deficiência de material didático para as aulas, bem como a de recursos pedagógicos para as atividades do programa. Como se percebe, o programa enfrenta dificuldades, as escolas funcionam sem infraestrutura adequada, e que se resumem a pequena sala de aula extrema precariedade das escolas também não é atrativa, fato este que desestimula o rendimento e a permanência do aluno e contribui para a exclusão social.

De acordo com as observações realizadas, as escolas onde o programa funciona não apresentam infraestrutura adequada, a qual na maioria das vezes se resume a pequenas salas com um quadro negro e carteiras. A extrema precariedade da escola também não é atrativa, fato este que desestimula o rendimento e a permanência do aluno. Como pode ser observado nas figuras abaixo.



Figura 7. Salas de aula do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abatetuba – PA. Escola São Sebastião (A). Escola Padre Anchieta(B). Fonte: Miranda (2010).

Cabe destacar que o espaço físico destinado a biblioteca da escola não é apropriado, apresenta as seguintes características: baixa iluminação, ventilação insatisfatória e um acervo de baixa qualidade. Quanto às salas de aula foram observados os seguintes aspectos:

- ✓ Baixa Ventilação;
- ✓ Baixa iluminação;
- ✓ Boa Acústica;
- ✓ Boa limpeza

3.3 Avaliação de processos

Teve como objetivo fornecer as informações sobre as atividades em ação realizadas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, bem como as ações pedagógicas desenvolvidas pelos monitores no referido programa. Ainda visa discutir os problemas encontrados na gestão do programa na comunidade do rio Ajuai-Abatetuba – PA.

A avaliação do processo visa o acompanhamento do desenvolvimento do programa, com vistas às informações necessárias para aperfeiçoar o funcionamento do mesmo, ou seja, é o retorno dos atores que participam do processo, que pode permitir

reajustes face ao plano inicialmente definido de modo a adequá-lo às necessidades dos sujeitos envolvidos no programa.

3.3.1 Ações pedagógicas desenvolvidas pelos monitores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuáí-Abaetetuba – PA.

Os monitores fixos do programa Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuáí desenvolvem atividades socioeducativas com as crianças e adolescentes, no período contrário as aulas. O papel destes profissionais é primordial para o crescimento psicossocial e educacional das crianças inseridas no programa visto que os mesmos são responsáveis pela preparação, planejamento e organização das atividades realizadas durante a jornada pedagógica. Como pode ser observado nos relatos das monitoras.

MONITOR “1” [...] Tenho me esforçado muito para este programa dar certo na comunidade. Planejo minhas atividades e tento passar muita força para os meus alunos. Às vezes fico preocupada percebo que muitos chegam com fome ou com problemas familiares tento ajudar, converso, mas percebo que por muitas vezes não consigo atingir o meu objetivo.

MONITOR “2” [...] Tem criança que tem muita dificuldade de socialização tenho que dar muita atenção para conseguir o entrosamento do grupo. As dificuldades que estas crianças passam na suas famílias deixam marcas difíceis de serem retiradas.

MONITOR “1” [...] Tento renovar a minha prática na sala de aula, tento adequar à realidade ribeirinha, para atrair o interesse do aluno, mas sinto que a situação da comunidade tem deixado meus alunos desestimulados e com baixa estima.

Verifica-se pelos depoimentos das monitoras o esforço e a responsabilidade que as mesmas apresentam em contribuir com a permanência, frequência e sucesso das crianças e dos adolescentes na jornada ampliada. Também pode ser observado que as mesmas estão familiarizadas com a realidade das crianças ribeirinhas na comunidade, pois como já foi citado anteriormente são de mesma origem e conhecem a realidade local. Nas observações realizadas em campo pode-se também perceber um esforço para realizar uma prática pedagógica em sintonia com as diretrizes do programa.

É interessante elucidar para melhor compreensão que no contexto educativo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o monitor deve enriquecer o universo informacional, cultural e lúdico dos menores, por meio de atividades complementares e articuladas entre si, destacando aquelas voltadas para o desenvolvimento da comunicação, da sociabilidade, de habilidades para a vida, de trocas culturais e as atividades lúdicas, bem como apoiar a criança e o adolescente em seu processo de desenvolvimento, fortalecendo sua auto-estima, em estreita relação com a família, a escola e a comunidade (Protocolo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2004).

3.3.2 Problemas encontrados na gestão do programa na comunidade do rio Ajuai- Abaetetuba – PA.

De acordo com informações da coordenadora do programa no município alguns problemas são encontrados em sua gestão, dentre as quais: repasse de verbas para o acompanhamento dos trabalhos nas escolas, falta de apoio dos empresários locais, desconhecimento das características geográficas do território abaetetubense pelo governo federal.

bNo que diz respeito ao ultimo problema citado, a coordenadora refere-se à questão do difícil acesso a algumas localidades dentre as quais a ilha de Ajuai, visto que o deslocamento da sede do município para a ilha do rio Ajuai tem duração de 1h a 4h, dependendo do transporte utilizado que pode ser pôpô⁷, rabetas⁸ ou voadeiras.

Outro aspecto relevante para melhor compreensão do contexto é a dependência do horário da maré, pois é necessário atravessar um braço estreito de rio, denominado furo Gentil, furo este que além da secar durante um período do dia, característica dos rios amazônicos, é considerado perigoso devido ser um local apropriado para pirataria da região. Contudo, os recursos destinados às ações de monitoramento na ilha do rio Ajuai do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não são suficientes para suprir as necessidades inerentes ao trabalho da coordenação.

Para suprir essas demandas a gestão local tenta realizar parcerias que contribuam para o andamento do programa. A coordenadora ainda afirma que a gestão municipal vem trabalhando para erradicação do trabalho infantil, pois tem contribuído na

⁷ Barcos de pequeno porte e baixa velocidade que navegam nos rios da Amazônia transportando passageiros. Apresenta essa denominação devido ao barulho que o motor emite durante sua movimentação.

⁸ Pequenas canoas motorizadas

capacitação dos monitores, nas ações de monitoramento, mobilização e sensibilização da sociedade, o que acha positivo, pois revela a importância do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no município.

Além destes aspectos, a coordenadora menciona.

[...] Para chegar ao rio Ajuai tenho que alugar voadeira, comprar gasolina e óleo lubrificante de motor, fora outras necessidades básicas para viagem. O dinheiro que chega para suprir essas necessidades não dá nem para sair daqui, tenho que contar com a ajuda da prefeita que graças a Deus entende e sempre que pode me ajuda nas ações do programa (coordenadora do Programa).

[...] Apesar de sempre tentar promover um movimento de sensibilização no município quanto ao trabalho infantil aqui em Abaetetuba os comerciantes não querem contribuir muito. Faço muito esforço para mostrar o nosso trabalho, porém poucos colaboram. Todos têm que entender que o trabalho infantil é um problema social que precisa da ajuda de todos (coordenadora do Programa).

Nas dificuldades e obstáculos levantados na fala da coordenadora observa-se certa preocupação com o êxito do programa no município, pois a insuficiência de recursos para a gestão do projeto pode ser considerado um entrave na luta de prevenção e erradicação do trabalho infantil. A verba enviada pelo Governo por criança cadastrada não é o suficiente para arcar com todos os gastos do programa, ficando a cargo da Prefeitura Municipal o salário dos monitores e a maior parte dos gastos. Os relatos, ora apresentados, ainda revelam de forma subjetiva que o trabalho infantil, ainda não é assumido efetivamente como prioridade pela sociedade e pelo poder público.

Outro fator complicador na gestão do programa na comunidade em questão são as diferentes funções atribuídas aos monitores do programa. Fato este, que requer destes profissionais uma preparação profissional em diferentes áreas do conhecimento, ou seja, um profissional bem qualificado para suprir as diversas necessidades apresentadas pelos menores em uma área de população tradicional. Desta forma, apesar de todos os esforços realizados pelos monitores do programa na comunidade, existe uma lacuna de conhecimentos que dificulta a condução do processo educacional, bem como fragiliza a proposta de inserção social.

Contudo, mesmo com todo o esforço realizado pelos monitores para superar as dificuldades encontradas, é imprescindível perceber que para o sucesso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não basta apenas responsabilizar profissionais sem

formação específica na área de educação de resgatar a cidadania, a autoestima e a inserção social de crianças e adolescentes nem tampouco adaptar currículos, livros, métodos a uma realidade ou realizar qualquer medida paliativa. Esta afirmação é retratada nas palavras das monitoras quando questionado sobre as realizações de praticas pedagógicas relacionadas com os recursos naturais.

MONITOR “1” [...] Meu deus isso seria um sonho, acredito que se tivéssemos horta, criação de peixes, para que as crianças pudessem trabalhar com que conhecem, eles adorariam e todas as crianças da comunidade não sairiam mais da escola.

MONITOR “2” [...] Acredito que as crianças iriam gostar, seria mais atrativo, nós que moramos nas ilhas sabemos a importância da natureza, meu pai me ensinou como pescar, plantar, remar. Confesso que gostaria de trabalhar esses assuntos com os alunos.

Os relatos das monitoras elucidam outros motivos que podem influenciar no sucesso escolar dos alunos egressos do trabalho infantil na comunidade do Rio Ajuá tais como, o desconhecimento da realidade dos alunos, o conteúdo diferenciado de sua realidade, pois os problemas metodológicos não resolvidos pela maioria dos programas implantados se efetiva na dificuldade de construção de um currículo mais significativo e consistente para permitir ao professor mediar às situações de aprendizagem da escrita e da leitura com o aprendiz (Gadotti & Romão, 2000).

Além do exposto, transparece nas afirmações das monitoras a necessidade de um olhar mais atento em relação às vivências deste grupo populacional, olhar este, que supere a visão depreciativa do seu modo de vida, defenda seus valores, sua identidade cultural, ou seja, insira a educação como processo de transformação humana, que não pode desprezar as raízes culturais do indivíduo, pois é primordial que a educação seja direcionada com um olhar voltado para o desenvolvimento do sujeito, possibilitando-o de desenvolver a capacidade de encontrar respostas para seus problemas, tornando-o responsável e, conseqüentemente, agente ativo de sua história.

A partir das observações de campo, pode-se perceber que a Jornada Ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é uma ação educativa complementar da instituição de ensino e deve manter uma relação direta com a escola. Entretanto, conforme o observado, dentre os professores que atuam nas escolas no ensino fundamental e médio,

apenas 45% conhecem o escopo da proposta que está assentado o Programa, enquanto que 35% afirmaram que já ouviram falar, mas não conhecem toda a proposta e 20% não conhecem o programa.

Além do mais foi observado que não há harmonia entre ações dos monitores e dos professores da escola formal da rede de ensino, foi verificado que ambos desenvolvem atividades isoladas e desarticuladas, a exemplo as reuniões que os monitores realizam com as famílias beneficiadas pelo programa, sem participação dos professores das escolas, nas quais é discutido o desempenho e o comportamento dos alunos, as atividades lúdicas e comemorações como o dia do natal ou dia das mães.

A literatura tem mostrado a importância destacada do educador no processo de progressão e aprendizado dos alunos, mas apesar dessa constatação, a condição de trabalho desses profissionais tem se deteriorado cada vez mais. No caso específico dos monitores do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai, que no cotidiano escolar trabalham com a reinserção do trabalhador precoce no seu processo de desenvolvimento biopsicossocial, tal qual o previsto nas diretrizes do próprio Programa, além da baixa qualificação e salários inferiores aos professores, eles enfrentam, entre outras situações: acúmulo de funções, falta de cursos de capacitação, falta de recursos didáticos, falta de boas estruturas de funcionamento.

Com relação aos problemas supracitados foi observado que as monitoras evitam falar e por muitas vezes mudam o assunto. Este comportamento além demonstrar a preocupação com a instabilidade profissional visto que as mesmas são contratadas por indicação da prefeitura local reflete a carência de empregos e a falta de oportunidades, pois mesmo com as dificuldades encontradas a função de monitor na comunidade é atrativa e disputada entre as pessoas com a mesma formação. Neste sentido, o relatório da situação da infância e da adolescência brasileira (2004) afirma que existe uma fragilidade no sistema de seleção e a disparidade entre as formas de contratação dos monitores do Programa PETI estabelecidas pelos diferentes municípios.

Outros problemas também são apontados pelas famílias beneficiadas que podem influenciar na gestão do programa. Os resultados revelam que 30% dos entrevistados consideram que o maior problema do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é o atraso da bolsa, 20% afirmam que é o valor da bolsa paga pelo programa, enquanto que 10% entendem que é o número de famílias beneficiadas, 10% as condições

exigidas para entrar no programa, 10% o número de famílias beneficiadas 10% a falta de infraestrutura e outros 10% afirmam que o programa não apresenta problemas. Como demonstra a figura abaixo.

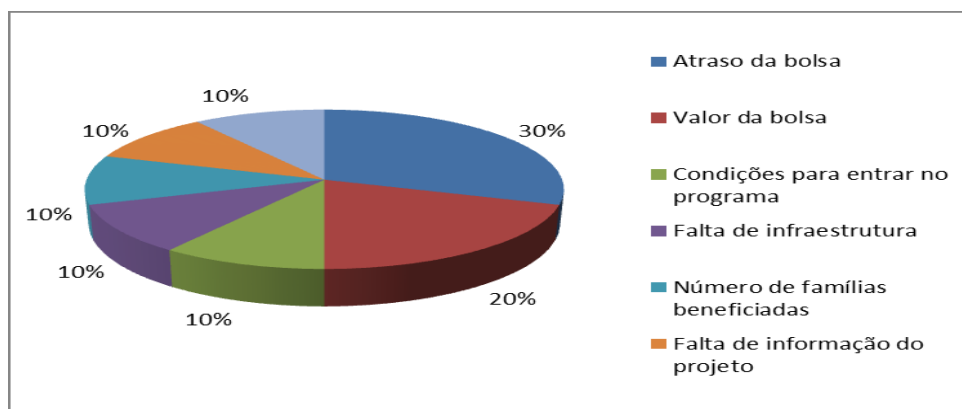


Figura 8. Problemas apontados pelas famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abacetuba – PA.

A análise mais detalhada dos dados permite identificar que existe uma preocupação das famílias beneficiadas com a gestão da bolsa recebida pelo programa, pois a maioria dos entrevistados demonstrou preocupação com o atraso da bolsa e com o valor da mesma. Os resultados ora apresentados corroboram com afirmação de que a relação dessas famílias com valor financeiro do programa merece uma melhor atenção nas estratégias e metodologias planejadas.

3.4 Avaliação do produto

Tem como objetivo determinar os resultados alcançados pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abacetuba-Pa. Assim, para averiguar esses resultados foi considerado a percepção dos diferentes atores envolvidos no processo, no intuito de fornecer dados para os gestores, permitindo desse modo realimentação do programa.

3.4.1 Percepção dos segmentos envolvidos no programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abacetuba acerca dos resultados do programa

No que diz respeito à opinião das famílias em relação ao programa PETI a maioria dos entrevistados (70%) consideram o programa uma ótima estratégia, enquanto 20% consideram boa e 10% avaliam como ruim.

Tabela 7

Opinião das famílias beneficiadas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em relação ao desempenho na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

Conceitos	Frequência
Ótima	70%
Boa	20%
Ruim	10%

Fonte: pesquisa de campo

Apesar da aprovação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil pelas famílias beneficiadas percebe-se pelas entrevistas realizadas que o programa é associado a três variáveis: bolsa cidadã, obrigatoriedade da frequência à escola e a Jornada Ampliada. Com pode ser observado nos relatos das mães que fazem parte do programa.

MÃE “1” [...] O programa é bom, com o auxílio da bolsa eu posso comprar as coisas para o meu filho.

MÃE “2” [...] Eu gosto do programa ele me ajuda a manter a minha família, é um dinheiro que entra para comprar coisas para meus filhos.

MÃE “3” [...] O programa veio salvar as crianças das ilhas da fome e miséria

MÃE “4” [...] Falo para meu filho não faltar às aulas nem a jornada para não perder a bolsa

MÃE “5” [...] Não deixo meu filho faltar, não posso perder essa ajuda.

MÃE “6” [...] Mando meu filho para a jornada não quero que ele perca a bolsa.

MÃE “7” [...] Na jornada ampliada meus filhos têm merenda, brincam e ainda ganham dinheiro.

MÃE “8” [...] Antes do PETI muitas vezes eu não tinha nada para dar de comer aos meus filhos, hoje graças a deus ele participa do programa.

Outros depoimentos refletem o estado de carência que essas famílias vivem e pode ser observado que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil é responsável pelo acesso a bens de consumo realidade e realização de alguns sonhos:

MÃE “3” Com a ajuda do PETI sobrou um pouco de dinheiro eu comprei uma cama para um dos meus filhos que não consegue dormir em rede. Ele tem problemas de coluna e sentia muita dor à noite.

MÃE “6” Comprei um óculos para meu filho, não posso reclamar do programa PETI. Ele só trouxe coisas boas para minha família. Apesar do atraso do benefício acho que programa é muito bom.

A partir das entrevistas realizadas observa-se que a questão econômica é um dos fatores que mais influencia na avaliação do programa na comunidade, visto que o valor do benefício representa para estas famílias a possibilidade de melhoria na renda familiar e conseqüentemente o acesso a bens básicos para a sobrevivência como alimentação, roupa, e remédio. Nos relatos ainda percebe-se o desconhecimento dos direitos sociais pelas mães do programa.

Quanto ao impacto do programa nos índices do trabalho infantil, observou-se pelas respostas que na maioria das famílias (50%) considerou que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não atingiu o objetivo proposto de retirar a criança e o adolescente do trabalho. Outros 30% consideraram que o programa atingiu e 20% não souberam responder.

Tabela 8

Percepção das famílias beneficiadas em relação aos objetivos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

Impacto do programa PETI	Frequência
Não atingiu o objetivo	50%
Atingiu o objetivo	30%
Não soube responder	20%

Fonte: pesquisa de campo

Entretanto, não parece ser da vontade dessas famílias que a comunidade deixe de ser beneficiada pelo programa, no máximo, que venha ocorrer algumas modificações que possam contribuir com a melhoria do referido programa. Este fato é refletido nos relatos das famílias quando perguntados sobre o benefício do programa para a comunidade. A maioria dos entrevistados (40%) considerou que melhorou a qualidade de vida da criança e do adolescente. Outros 30% consideraram que o aumentou a geração de renda das famílias, 20% afirmou que melhorou a permanência dos alunos na escola, e 10% entendem que não melhorou nada.

Tabela 9

Percepção das famílias em relação aos benefícios do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do rio Ajuáí-Abaetetuba – PA.

Benefício do programa para a comunidade	Frequência
Melhoria na qualidade de vida da criança	40%
Geração de renda para as famílias	30%
Permanência das crianças na escola	20%
Não melhorou nada	10%

Fonte: pesquisa de campo

Diante dos resultados é necessário analisar os resultados do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade dependem de vários fatores inter-relacionados. Vários elementos devem ser observados, dentre os quais a dependência das decisões de natureza política para a existência do programa; a inclusão de novos beneficiários ou do aumento no valor do benefício, a perda dos direitos ofertados pelo desligamento do programa adicionado a falta de continuidade de uma política social.

Cabe destacar ainda que o principal objetivo do programa é atuar na erradicação do trabalho infantil na comunidade, e que, para isso, deve se investir em educação, saúde, geração de emprego e principalmente o resgate da identidade cultural da população em estudo, pois os beneficiários do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil não precisam somente de pão, mas de cidadania. Yazbek (1999) nos diz que os usuários das políticas sociais são classificados como categoria subalterna, devido as diferentes situações de dominações existentes na sociedade capitalista, pois a subalternidade faz parte do mundo dos dominados, dos submetidos à exploração, exclusão social, econômica e política.

No que diz respeito ao desempenho do rendimento escolar dos alunos do programa 70% dos entrevistados afirmam que seus filhos melhoraram na escola, enquanto apenas 20% acreditam que as atividades do programa não alteraram o rendimento escolar das crianças e 10% não soube afirmar. Como demonstra a figura abaixo.

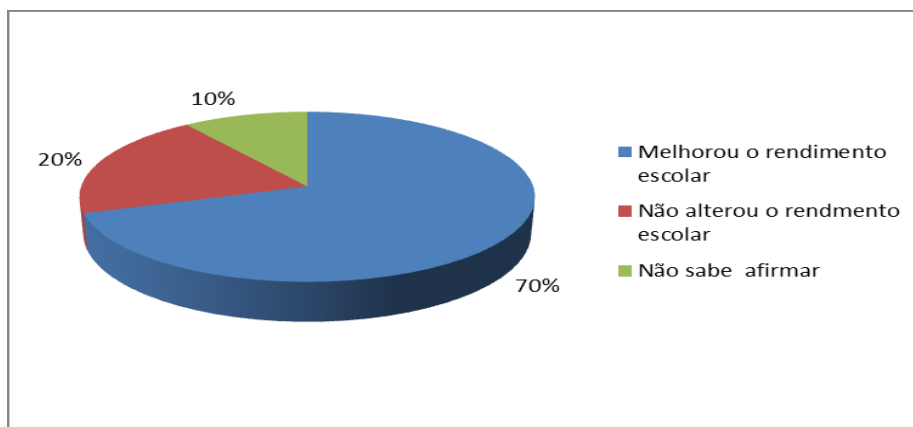


Figura 9. Percepção das famílias beneficiadas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em relação ao desempenho do rendimento escolar dos alunos na comunidade do rio Ajuai-Abaetetuba - PA.

Entretanto, observa-se que melhorar o rendimento escolar para a grande maioria dos entrevistados está relacionado com a frequência escolar e a participação na jornada pedagógica, visto que muitas das famílias não acompanham diretamente o andamento de seus filhos na escola. Percebe-se que as crianças não apresentam o hábito de estudar em casa, e seus pais devido o nível de escolaridade apresentam certa dificuldade de orientação.

Cabe destacar, que a coordenadora do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil do município de Abaetetuba - PA ressalta que apesar das dificuldades encontradas o programa vem alcançando excelentes resultados no enfrentamento do trabalho infantil na comunidade do rio Ajuai, dentre os principais resultados estão a melhoria na autoestima das crianças, adolescentes e suas famílias, a retirada das crianças e adolescentes do trabalho, melhor rendimento escolar. Além do melhor desenvolvimento físico e psicológico dos integrantes do projeto.

A posição da coordenadora do programa é corroborada pelos monitores que atuam no programa, visto que os mesmos afirmam que o programa determinou mudanças qualitativas nos comportamentos dos alunos e das famílias beneficiadas pelo programa. De acordo com os relatos, as mudanças mais visíveis relacionam-se o melhor rendimento escolar e a diminuição do trabalho infantil na comunidade.

No que tange aos alunos do programa 100% dos entrevistados afirmam que o programa ocasionou benefícios em suas vidas, e conseqüentemente gostam de participar do programa. No que diz respeito às aulas do projeto 100% dos alunos afirmaram gostar das

aulas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil demonstrando que existe uma grande predisposição dos alunos para frequentar as aulas do projeto. Entretanto, quando questionados sobre o que não gostavam do programa 60% dos alunos afirmaram que não gostam de escrever 10% ressaltaram que não gostam de jogos de dominó 20% não gostam do atraso da bolsa do programa e 10% afirmaram que gostam de tudo.

É recorrente na literatura científica que gostar de frequentar a escola dependerá da combinação de uma série de fatores objetivos e subjetivos que muitas vezes são favoráveis para que jovens e crianças repitam e evadam as escolas mantidas pelo poder público. Gadotti e Romão (2000) compreende que é fundamental que as aulas se constituam em um projeto de vida do aluno, que possa abranger a sua realidade situacional no uso de suas experiências de vida e saberes construídos no decorrer da vida cotidiana. Assim, compreende-se que os conteúdos escolares devem levar em consideração os códigos culturais locais e sociais do educando para evitar distorções entre os conteúdos e a realidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Tendo em vista a importância da temática em estudo, essa pesquisa abordou de forma interdisciplinar a experiência de programas sociais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI na comunidade na ribeirinha do rio Ajuá. Avaliar o referido programa é uma forma de reconhecer que existe a necessidade de rever os fundamentos que norteiam os programas nacionais direcionados a diferentes grupamentos populacionais no intuito de buscar a adequação às especificidades socioculturais de cada localidade.

O modelo CIPP forneceu informações relevantes no caso do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, visto se pautar numa abordagem que permite uma visão sistêmica e holística do programa em questão. Os resultados atingidos neste estudo mostram-nos o quanto é necessário planejar, conceber e reajustar programas sociais, bem como efetuar uma avaliação sistêmica dos fundamentos que norteiam os programas nacionais. Porque caso contrário, pode-se incorrer no risco de oferecer uma proposta completamente descontextualizada com as efetivas necessidades dos sujeitos.

De acordo com o observado, o referido Programa apesar de apresentar resultados satisfatórios em relação aos seus objetivos na área em questão, enfrenta dificuldades que devem ser superadas para um melhor desenvolvimento. Dentre os fatores que mais influenciam negativamente na qualidade de seu desenvolvimento foram apontados pelos participantes do programa a quantidade de crianças beneficiadas, o valor da bolsa-cidadã, o atraso da bolsa, a falta de infraestrutura e as condições de inserção no Programa.

Mas esses problemas não são os únicos, as escolas que sediam o programa na comunidade do rio Ajuá não apresentam condições de infraestrutura necessárias para o desenvolvimento das ações preconizadas por suas diretrizes. Este fato passa ser um agente complicador quando se pensa em inserção da criança e das famílias nas atividades que exigem espaço, qualidade de vida e bem estar. Além disso, pode-se acrescentar aos obstáculos encontrados as diferentes tarefas atribuídas aos profissionais que atuam como monitores na comunidade, visto que os mesmos trabalham com os menores de diferentes idades sem apoio de recursos didáticos, material humano e espaço físico.

Além do mais, nas últimas décadas, apesar da legislação brasileira determinar a criança e o adolescente como prioridade absoluta e implementar medidas de combate para erradicar qualquer forma de trabalho de infantil, se percebeu através deste estudo que a

realidade é contraditória ao que é recomendado por lei, pois os recursos destinados para as ações, monitoramento e manutenção da infraestrutura do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI é insuficiente para atender a demanda necessária e conseqüentemente ainda hoje o trabalho infantil faz parte do cotidiano de muitas crianças da comunidade do Rio Ajuai, sendo influenciado por vários fatores, dentre os quais a má distribuição de renda, a baixa escolaridade a questão cultural e outros condicionantes sociais podem ocasionar a inserção do menor precocemente no mercado de trabalho.

Apesar dos desafios encontrados existe uma grande predisposição dos alunos para frequentar as aulas do projeto. Também percebemos nas entrevistas que as famílias beneficiadas aprovam a implantação do Programa e, de certa forma o benefício econômico inserido no contexto do mesmo, possibilitou a realização de conquistas materiais, este fato evidenciou de forma clara a carência da população em questão e a dependência do valor da bolsa para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Somente a partir da superação de paradigmas que influem nas relações de poder no âmbito político social e que impedem a sociedade de pensar coletivamente em suas prioridades, a exemplo o trabalho infantil é que se pode construir políticas públicas que tenha por finalidade diminuir a desigualdade social e oportunizar qualidade de vida para todos os filhos da Nação, inclusive as crianças do rio Ajuai.

Acreditamos que o pressuposto básico para a superação deste paradigma está num mínimo de consenso em torno de programas sociais que respeite a diversidade cultural e as diferentes experiências sociais que ocorre em todas as regiões do país. É necessário lembrar que para ocorrer um verdadeiro processo de inclusão social no campo, devem ser inseridos todos os espaços como principal estratégia de combate ao trabalho infantil, desta forma contribuindo para escrever a verdadeira história da Amazônia.

Entre as medidas capazes de contribuir com o desenvolvimento do Programa de Erradicação Infantil na comunidade do rio Ajuai são recomendadas as seguintes ações:

- ✓ Aumentar a abrangência e o valor do incentivo econômico do Programa de Erradicação Infantil na comunidade do rio Ajuai;
- ✓ Inserção de proposta pedagógica contextualizada que vise o resgate e a valorização da identidade cultural do povo ribeirinho;

- ✓ Cursos de capacitação e preparação dos profissionais envolvidos no Programa de Erradicação Infantil na comunidade do rio Ajuai, bem como a definição das funções destes profissionais no contexto do Programa.

- ✓ Destinar recursos que possam atender a demanda do Programa de Erradicação Infantil na comunidade do rio Ajuai.

REFERÊNCIAS

- Ala-Harja, M. & Helgason, S. (2000). Em direção às melhores práticas de avaliação. *Revista do Serviço Público*, Brasília, 51 (4): 55-59.
- Anker, R. (2000). *Conceptual and research frameworks for the economics of child labour and its elimination*. Genebra: ILO, 48pp. (ILO/IPEC Working Paper)
- Arroyo, M. (1991). *Reverendo os vínculos entre trabalho e educação: elementos materiais da formação humana*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Arruda, R. S.V. (2000). Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidade de Conservação. In A. C. Diegues (Org.). *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. (2a ed.). Nupaub-USP. HUCITEC.
- Bardin, L. (1979). *Análise de conteúdo*, Lisboa: Edições 70. 225 pp.
- Bonniol, J. J. (2001). *Modelos de avaliação: textos fundamentais com comentários*. Porto Alegre: Artmed Editora.
- Brandão, Z. (1983). O estado da arte da pesquisa sobre evasão e repetência no ensino de 1º grau no Brasil. In *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, **64 (147)**: 38-69, maio/agosto.
- Bruyne, P, et al. (1991). *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica*. (5.ed). Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Castro, E. (2000). *Território, Biodiversidade e Saberes de Populações Tradicionais*. in DIEGUES, Antônio Carlos (Org.). *ETNOCONSERVAÇÃO: Novos Rumos para a Proteção da Natureza nos Trópicos*. (2 ed). São Paulo: Hucitec; NUPAUB-USP; ANNABLUME.
- Cervini, R. & Burger, F. (1991). O Menino Trabalhador no Brasil Urbano dos Anos 80. IN: FAUSTO, A. & CERVINI, R. (org.) *O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80*, São Paulo: Cortez.
- Chizzotti, A. (1995). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988* (1998). Brasília: Senado Federal.
- Costa, F. L. e Castanhar, J. C. (2003). Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. *RAP-Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, **37(5)**: 969-992.
- Costa, F. L. C. & Castanhar, J. C. (1998). Avaliação social de projetos: limitações e possibilidades. *Anais do Encontro Anual da ANPAD*, Foz do Iguaçu. Brasil, 22. CD-ROM.
- Cury, C. R. J. (2002). *Legislação educacional brasileira*. (2a ed) Rio de Janeiro: DP&A .

- Damasceno, M. N. (2003). A formação da juventude: Educação e cidadania no contexto da diversidade cultural. In: MATOS, K. S. L. (Org.). *Movimentos Sociais, educação popular e escola: a favor da diversidade*. Fortaleza Editora UFC.
- Decreto n.º 6.040, de 07/02/2007 (2007). Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Recuperado em 2010 de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6040.htm
- Dias Sobrinho, J. (2002). Campo e Caminhos da Avaliação: a avaliação da educação superior no Brasil. In: FREITAS, L. C. (Org.). *Avaliação: Construindo o campo e a crítica*. Florianópolis: Editora Insular.
- Diegues, A. C. (2002). *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. São Paulo: Edusp.
- Diegues, A. C. S. (1996). *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. São Paulo, Hucitec, 169 pp.
- Diegues, A. C. S. et al. (2000). *Biodiversidade e Comunidades Tradicionais no Brasil*. São Paulo: NUPAUB-USP, PROBIO-MMA, CNPq.
- Diegues, A. C.; Arruda, R. S. V. (2001). *Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP.
- Doyal, L. & Gough, I. (1994). *Teoría de las necesidades humanas*. Barcelona: Icaria: Fuhem.
- Enríquez, P. G. (2002). *Evaluación de programas y elementos para la mejora del diseño y desarrollo de la formación inicial de los docentes en metodología de investigación*. Tesis doctoral. Facultad de Ciencias de la Educación. Universidad Autónoma de Barcelona.
- Ferrari, A. T. (1983). *Metodologia da Pesquisa Científica*. São Paulo, McGraw-Hill.
- Ferreira, R. H. N. et al. (2007). *Os processos de ensino e aprendizagem na região amazônica: novos caminhos para educação ribeirinha*. Belém: UNAMA/FIDESA. 172pp.
- Freire, P. (1988). *Pedagogia do oprimido*. (18a ed). Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freitag, B. (1980). *Escola, Estado e Sociedade*. (4a ed). São Paulo: Moraes.
- Gadotti, M. & Romão, J. E. (orgs). (2000). *Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta*. (2a. Ed). São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire.
- Gil, A. C. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social*. (5a ed). São Paulo: Atlas.

- Gruzinski, S. (2001). *O pensamento mestiço*, São Paulo: Companhia das Letras, 398 pp.
- Henley, W. E. (1888). *A book of verses*. London: D. Nutt.
- Kassouf, A. L. (2002). *Aspectos sócio-econômicos do trabalho infantil no Brasil*. Brasília: Ministério da justiça. 124 pp.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.º 9394/1996 (2001)*. (2. ed). Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações.
- Lei. n.º 10.097, de 19 de dezembro de 2000 (2000)*. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Brasília.
- Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990 (1990)*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial [da] União, Poder Executivo, Brasília, DF.
- Lei n. 10.172, de 9 janeiro de 2001. Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF.
- Lima, C. I., Cavalcante, S. M. A. & Andriola, W. B. (2008). Avaliação Educacional e o Modelo CIPP. *Anais do Congresso Internacional de Avaliação Educacional*, 4 Fortaleza. IMPRECE. pp. 1076-1091.
- Lira, S. R. B. (1998). *Pólo oleiro-cerâmico de Abaetetuba: expansão e crise*. Belém: UFPA (NUMA/POEMA/IDESP). 88p.
- Lobo, T. (2001). Avaliação de processos e impactos em programas sociais: algumas questões para reflexão. In: RICO, E. M. (Org.). *Avaliação de políticas sociais; uma questão em debate*. (3a ed). São Paulo: Cortez, pp.75-84.
- Loureiro, J. J. P. (1995). *Cultura Amazônica: uma poética do Imaginário*. Belém/PA: CEJUP.
- Madeira, F. R. (1993) Pobreza, escola e trabalho: convicções virtuosas, conexões viciosas. *São Paulo em Perspectiva*, **7(1)**: 70-83.
- Mainardes, J. (2006). Abordagem do ciclo de políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. In: *Educação e Sociedade*, v.27, n.94, p.47-69.
- Martins, S. P. (2004). *CLT universitária*. (2a ed).São Paulo: Atlas.
- Maues, R. H. (1999). *Uma outra “invenção” da Amazônia*. Belém: Cejup.
- Minayo, M. C. S., Deslandes, S. F. & Gomes, R. (org.) (1994). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes.

- Morais, R. (1989). *Cultura Brasileira e Educação*. Campinas, São Paulo, Papirus.
- Norder, L. A. C. (1997). Assentamentos *rurais*: casa, comida e trabalho. Dissertação de mestrado não-publicada. IFCH/Unicamp, Campinas.
- Padrões Mínimos de Qualidade do Ambiente Escolar*, Fundo de Fortalecimento da Escola (2006). Brasília: FUNDESCOLA / MEC.
- Parâmetros Curriculares Nacionais: ensino médio* (1999). Brasília: Ministério da Educação.
- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2009* (2009). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>
- Pinheiro, A R. (2008). A conexão na matemática escolar: uma estratégia de ensino. Dissertação de mestrado não-publicada, Núcleo Pedagógico de Apoio ao Desenvolvimento Científico-NPADC, Universidade Federal do Pará, Belém, Brasil.
- Portaria n.º 4, de 21 de março de 2002*(2002). Brasília, DF.
- Portaria n.º 666, de 28 de dezembro de 2005* (2005) Dispõe sobre a integração dos Programas de Erradicação do Trabalho Infantil e Bolsa Família. *Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil*, Brasília, DF.
- Portaria n.º 458, de 4 de outubro de 2001*, Estabelece Diretrizes e Normas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil . *Diário Oficial [da] Republica Federativa do Brasil*, Brasília,
- Preskill, H. & Torres, R. T. (2000). The learning dimension of evaluation use. *New Directions for Program Evaluation*, 88:.25–37.
- Programa Bolsa Família* (2009). Recuperado em 05 de agosto de 2009 de <http://www.mds.gov.br/programas/transferecia-de-renda/programa-bolsa-familia>.
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: Manual de Orientações* (2003). Brasília DF.
- Programa de erradicação do trabalho infantil (PETI): manual de orientações* (2002). BRASÍLIA: MPAS.
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. *Cartilha do PETI* (2004). Brasília: [s.n.].
- Protocolo do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI*, (2004). BRASÍLIA: MPAS.
- Putnam, R. D. (1996). *Comunidade e democracia: a experiência da Itália*. Moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Varga.

- Rêgo, J. F. (1999). *Amazônia: do extrativismo ao neoextrativismo*. *Ciência Hoje*, v. 25, n. 147, p. 62-65.
- Relatório da situação da infância e da adolescência brasileiras* (2004). Brasília: UNICEF.
- Relatório Global do seguimento da Declaração da OIT sobre Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho (2001). *Conferência Internacional do Trabalho, 89ª Reunião 2001*. Relatório I (B). Genebra, Secretaria Internacional do Trabalho.
- Ribeiro, D. (1985). *Os Brasileiros I*. Teoria do Brasil. (8a ed) Rio de Janeiro Editora Vozes. 177p
- Rizzini, I. (2002). Pequenos trabalhadores do Brasil. In: Del Priore, M. (Org.). *História das crianças no Brasil*. São Paulo: Contexto. pp. 376–406.
- Santos, M. (1987). *O espaço do cidadão*, São Paulo: Studio Nobel.
- Saviani, D. (2000). *Saber escolar, currículo e didática*. (3a ed). Campinas: Autores Associados.
- Silva, J. C. (2000). *O Rio, A Comunidade e o Viver*. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Departamento de Geografia. São Paulo: USP.
- Silva, S. S. C., Pontes, F. A. R., Santos, T. M., Bucher-Maluschke, J., Mendes, L.S.A., Reis, D. C. & Silva, S. D. B. (2010). *Rotinas familiares de ribeirinhos amazônicos: Uma possibilidade de investigação*. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26, 341-350.
- Silveira, C. et al. (2000). *Trabalho Infantil: examinando o problema, avaliando estratégias de erradicação*, Núcleo de Assessoria Planejamento e Pesquisa – NAPP/ Fundo das Nações Unidas/ UNICEF. Recuperado em 2010 de www.abrinq.org.br
- Stufflebeam, D. & Shinkfield, A. (1995). *Evaluación sistemática - Guía teórica y práctica*. España: Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia, Ediciones Paidós Ibérica.
- Stufflebeam, D. (1997). *Strategies for Institutionalizing Evaluation*. Western Michigan University: The Evaluation Center. Recuperado em 2011 de <http://www.wmich.edu/evalctr/pubs/ops/ops18.html> 18/11/2004.
- Thiollent, M. (1980). *Crítica Metodológica, Investigação Social e Enquete Operatória*. São Paulo, Edit. Polis.
- Vianna, H. M. (2000). *Avaliação Educacional. Teoria, Planejamento e Modelos*. São Paulo: IBRASA.
- Yazbek, M. C. (1999). *O Serviço Social como especialização do trabalho coletivo*. Capacitação em Serviço Social e política social: módulo (vol 2, pp. 89 – 99). Brasília: CEAD.

- Yin, R. K. (2005). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. (3a ed). Porto Alegre: Bookman.
- Zaluar, A. (2004). *Integração Reversa: pobreza e tráfico de drogas*. São Paulo: FGV.

ANEXOS

ANEXO 1 - QUESTIONÁRIO APLICADO AOS ALUNOS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

DATA: ___/___/___

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome _____
Idade _____ sexo _____ série _____
Turno _____ Ano que ingressou no programa _____
Endereço _____
Tempo de moradia no rio _____ Onde nasceu _____
Nome do pai _____ Profissão _____
Nome da mãe. _____ Profissão _____
Você se considera um ribeirinho () sim () não

I I. ATIVIDADES EXERCIDAS ANTES DA IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

1. Antes de ingressar no programa você exercia alguma atividade remunerada?

a. () sim b. () não.

Se sim, qual? _____

2. Antes de ingressar no programa você já morou em outro lugar?

a. () sim b. () não

Se sim, onde? _____

Qual o motivo? _____

3. Das atividades relacionadas abaixo quais já fizeram parte de sua vida antes de ingressar no programa?

a. () escola b. () pesca c. () coleta de açaí d. () caça e. () lazer
f. () serviço doméstico na casa de terceiros g. () produção de peneiros

4. Você já contribuiu ou contribui com a renda familiar de sua família?

a. () sim b. () não.

Se sim, como? _____

III. MUDANÇAS PESSOAIS QUE OCORRERAM APÓS O INGRESSO NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

5. Alguma coisa mudou na sua vida pessoal ou familiar depois de ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

a. () sim b. () não.

Por quê? _____

6. Após ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil você continua trabalhando em alguma atividade remunerada?

a. () sim b. () não

Se sim, qual? _____

7. Você ajuda sua família nas tarefas da casa ou da olaria ou na coleta do açaí?

a. () sim b. () não

Se sim, como? _____

8. Após ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil você acha que sua vida melhorou?

a. () sim b. () não

Se sim, como? _____

9. O que você faz com o dinheiro que você recebe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

10. Após ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil quanto tempo você passa na escola?

IV. ADAPTAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA REALIDADE RIBEIRINHA

11. Quais os seus planos em relação à escola?

12. Você acha que a Programa de Erradicação do Trabalho Infantil trabalha a sua realidade? (realidade de quem mora no rio)

Como? _____

13. O material didático utilizado pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (livros, cartilhas, etc.) trabalha a sua realidade?

a. () sim b. () não.

Como? _____

14. Você acha que o valor da bolsa que você recebe cobre o que você ganharia na diária do trabalho oferecido na comunidade (olaria, catados de açaí, produção de artefatos, outros)?

a. () sim b. () não.

V. PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES SÓCIOEDUCATIVAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL.

15. Você gosta de participar das atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

a. () sim b. () não.

16. Quais as atividades que você mais gosta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

17. O que você acha que está faltando nas atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

VI. IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PARA FAMÍLIA E PARA A COMUNIDADE

18. Após ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil a vida da sua família melhorou?

a. () sim b. () não

Como? _____

19. Você acha que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ajuda a sua comunidade?

a. () sim b. () não

Como? _____

20. Você acha que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ajuda a tirar seus colegas do trabalho infantil?

a. () sim b. () não

Como? _____

VII. PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E MUDANÇAS PARA MELHORIA DO PROGRAMA

21. Para melhorar a atuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil o que você mudaria?

22. O que você mais gosta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

23. O que você menos gosta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

VIII. IMPORTÂNCIA DO CAPITAL SOCIAL NO CONTEXTO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

24. Você acha importantes os conhecimentos que seus pais têm em relação à utilização dos recursos naturais (água, animais, vegetais, ar e florestas)?

a. () sim b. () não.

25. Quem ensinou para os seus pais estes conhecimentos?

26. Como seus pais aprenderam estes conhecimentos?

27. Você tem tempo para aprender estes conhecimentos?

MUITO OBRIGADO PELA VALIOSA COLABORAÇÃO.

ANEXO 2: QUESTIONÁRIO APLICADO AS FAMÍLIAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

DATA: ___/___/___

I. IDENTIFICAÇÃO

Nome: _____ Sexo: () M () F
Endereço: _____ Idade: _____
Tempo de moradia no bairro: _____ Local de origem: _____
Renda familiar (nº de salário mínimo): _____ Profissão _____
Nível de escolaridade: _____
Qual o motivo que levou você a se afastar da escola? _____
Quantos filhos você tem no programa? _____
Você se considera um ribeirinho () sim () não

II. MUDANÇAS PESSOAIS QUE OCORRERAM APÓS O INGRESSO NO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE

1. Alguma coisa mudou na sua vida pessoal ou familiar depois de ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

a. () sim b. () não.

Por quê? _____

2. Após ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil você acha que a vida da família melhorou?

a. () sim b. () não

Se sim, como? _____

3. Seus filhos ajudam nas tarefas da casa ou da olaria ou na coleta do açaí?

a. () sim b. () não

Se sim, como? _____

4. O que você faz com o dinheiro que seu filho recebe do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

5. Após ter ingressado no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil seu filho melhorou o rendimento escolar?

Se sim, como? _____

III. IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL PARA FAMÍLIA E PARA A COMUNIDADE.

6. Você acha que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ajuda a sua comunidade?

a. () sim b. () não

Como? _____

7. Você acha que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil ajuda a tirar as crianças e adolescentes do trabalho infantil?

a. () sim b. () não

Como? _____

8. Você acha que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil está atingindo seus objetivos?

a. () sim b. () não

Como? _____

IV. PONTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL E MUDANÇAS PARA MELHORIA DO PROGRAMA

9. Qual a sua opinião em relação à atuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na sua comunidade?

a. () boa b. () ótima b. () ruim b. () nenhuma

10. Quais os principais benefícios que o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil trouxe para a sua comunidade?

a. () Melhoria na qualidade de vida da criança

b. () Geração de renda para as famílias

c. () Melhorar do rendimento escolar

d. () Permanência das crianças na escola

e. () Não melhorou nada

11. Para melhorar a atuação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil o que você mudaria?

12. O que você mais gosta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

13. O que você menos gosta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

14. Você gosta de participar das atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil?

a. () sim b. () não.

15. Qual o maior problema que existe na proposta do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil? _____

**ANEXO 3- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS
REALIZADAS COM AS FAMILIAS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO
TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA –
PA.**

**1-INFORMAÇÕES SOBRE AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E
EDUCACIONAIS DA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ**

- Trajetória da formação da comunidade;
- Relacionamento da comunidade com a escola;
- Relacionamento da comunidade com o trabalho infantil;
- Atividades econômicas da comunidade;
- Problemas sociais, educacionais e econômicos encontrados na comunidade.

**2-IMPORTÂNCIA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO
INFANTIL PARA FAMÍLIA E PARA A COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ**

- Cumprimento dos objetivos do programa;
- Benefícios que o programa levou para comunidade;
- Problemas que programa enfrenta na comunidade;
- Medidas para resolver os problemas que o programa enfrenta na comunidade;
- Situação atual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai-Abaetetuba – PA.

**3-IMPACTOS DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL
SOBRE A REALIDADE DA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ**

- Impactos positivos;
- Impactos negativos.

4. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

ANEXO 4- INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA QUE SEDIA O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA-PA.

DATA: ___/___/___

IDENTIFICAÇÃO DA ESCOLA

Nome da escola.....

Endereço.....

Município:..... UF: CEP:.....

IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE

Nome:

Cargo que exerce na escola:.....

INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO DA ESCOLA

1. A escola pertence à rede:

a.() pública estadual b. () pública municipal c.() outros.....

2. Quais os níveis de educação que a escola oferece:

a. () pré-escola b. () ensino fundamental c. () ensino médio. Outros.....

3. Quais os turnos de ensinos oferecidos pela escola?

a. () manhã b. () tarde c. () noite

4. A escola tem equipe técnico-pedagógica? a. () sim b.() não

5. Qual o número de profissionais da equipe técnico-administrativa? a. () sim b.() não

6. A escola tem projeto pedagógico? a. () sim b. () não

7. Qual o número total de funcionários da escola?

8. A escola recebe merenda escolar? a. () sim b.() não

9. A escola desenvolve atividades voltadas para a comunidade? a. () sim b. () não

10. Cite alguns exemplos de atividades voltadas para a comunidade que a escola desenvolve.....

11. A escola tem gerador de energia? a. () sim b. () não

12. Qual o horário do funcionamento do gerador?.....

13. A escola tem quadra de esporte? a. () sim b. () não

14. Dos recursos materiais abaixo relacionados quais existem na escola?

Recursos materiais		
	Respostas	N
Carteiras		
Freezer		
Geladeira		
Ventilador		
Computador		
Televisão		
Dvd		
Kit tecnológico		
Retroprojektor		
Equipamento didático-pedagógico de apoio ao trabalho em sala de aula		
Gerador de energia		
Louça		
Fogão		
Armários		

15. Dos espaços abaixo relacionados quais existem na escola e quantos existem?

Estrutura Física		
	Respostas	N
Salas de aula		
Biblioteca		
Sala de vídeo		
Quadra de esporte		
Laboratórios		
Espaço de lazer		
Refeitório		
Sala de informática		
Sala de estudos		
Secretária		
Sala de direção		
Instalações sanitárias interna com fossas biológicas		

16- Número de alunos e turmas da Pré-escola ao 3ª série do ensino médio

SÉRIE	Número total de alunos		Número total de turmas	
	Manhã	Tarde	Manhã	Tarde
Pré-escola				
de CA				
1.ª série				
2.ª série				
3.ª série				
4.ª série:				
5.ª série				
6.ª série:				
7.ª série				
8.ª série:				
1.ª série				
2.ª série				
3.ª série				
Total				

17- Número de professores da Pré-escola ao 3ª série do ensino médio

SÉRIE	TURNO	
	Manhã	Tarde
de Pré-escola:		
de CA		
1.ª série CA		
2.ª série		
3.ª série		
4.ª série:		
5.ª série		
6.ª série:		
7.ª série		
8.ª série:		
1.ª série		
2.ª série		
3.ª série		
Total		

ANEXO 5- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS COM A RESPONSÁVEL DA ESCOLA QUE SEDIA O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

1. HISTÓRICO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Trajetória de implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Aceitação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Atividades desenvolvidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Relações dos professores do ensino formal com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai.

2. INFRAESTRUTURA E APOIO DA ESCOLA AO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Espaços destinados aos alunos e famílias Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Material da escola utilizado pelos alunos e famílias Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Funcionários da escola que atuam no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai.

3. SITUAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Mudanças ocorridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Situação atual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Impactos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no cotidiano dos alunos.
- Problemas que Programa de Erradicação do Trabalho Infantil enfrenta na comunidade;
- Medidas para resolver os problemas que o de Erradicação do Trabalho Infantil enfrenta na comunidade;

4. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

ANEXO 6- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS COM OS MONITORES DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

1. HISTÓRICO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

-Trajetória de implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

-Aceitação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

- Atividades desenvolvidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

-Relações dos professores do ensino formal com Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai.

2. INFRAESTRUTURA DA JORNADA AMPLIADA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Espaços destinados à jornada ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

- Recursos didáticos utilizados durante a jornada ampliada do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

-Dificuldades encontradas na administração das atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

3. SITUAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Mudanças ocorridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

- Situação atual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

-Dificuldades encontradas na gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

-Impactos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no comportamento escolar dos alunos.

4. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

ANEXO 7- ROTEIRO DAS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS REALIZADAS COM A GESTORA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

1. HISTÓRICO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Trajetória de implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Aceitação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Atividades desenvolvidas pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;

2. INFRAESTRUTURA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Recursos humanos, econômicos e matérias destinados ao Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Dificuldades encontradas na gestão dos recursos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai.

3. SITUAÇÃO DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NA COMUNIDADE DO RIO AJUAÍ-ABAETETUBA – PA.

- Mudanças ocorridas no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Situação atual do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Dificuldades encontradas na gestão do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na Comunidade do Rio Ajuai;
- Impactos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil na comunidade do Rio Ajuai.

4. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS:

ANEXO 8 – NOTICIA VEICULADA NA MÍDIA NACIONAL SOBRE A SITUAÇÃO DO TRABALHO EM OLARIAS NAS ILHAS DE ABAETETUBA.

WWW.SBT.COM.BR > [HOME](#) > [REPORTAGENS](#)

Os Esquecidos

[+ Se preferir, assista em vídeo na íntegra](#)

O Conexão Repórter descobre um pedaço do Brasil esquecido pelas autoridades. Durante vários dias viajamos a procura de uma atividade que teima em subsistir. No meio da Amazônia, encontramos trabalhadores de uma profissão arriscada e que, quando não mata, deixa dezenas de mutilados. Longe do olhar da maioria dos brasileiros, crianças, jovens e mulheres arriscam a vida nas olarias. Falta de equipamentos de segurança, pobreza, exploração, omissão dos órgãos públicos. Ingredientes que expõem ao risco centenas de pessoas. O programa mostrou a história de jovens que foram mutilados nas marombas, equipamento rudimentar para moer o barro que se transforma em telhas e tijolos.



Uma terra de mutilados. Numa região remota do norte do Brasil. Nas margens dos rios que cortam a floresta, encontramos pessoas que tiveram as vidas transformadas. Trabalhadores que perderem partes do corpo. Brasileiros e brasileiros abandonados pelo poder público. Lançados a própria sorte. Num cenário de pobreza e desamparo social, gente que luta para

sobreviver de uma atividade que teima em se manter nos dias de hoje. Homens, mulheres e crianças desafiam o perigo. Nos rios da Amazônia, a dura realidade dos trabalhadores das olarias. A única forma de subsistência dos moradores das 73 ilhas de Abaetetuba, no Pará. É o retrato de uma região isolada geograficamente e exilada do resto do país. Nossa viagem começa em Belém. Na capital do Pará, pegamos a estrada para Abaetetuba. Uma estrada cheia de perigos com motoristas irresponsáveis. Depois de cem quilômetros chegamos ao nosso destino.

Abaetetuba, uma cidade que cresce às margens do rio Maratauíra. Tem mais de cem mil habitantes. Grande parte da população vive nas 73 ilhas que formam a região. São os chamados ribeirinhos. Já no atracadouro, antes de pegarmos o barco, encontramos uma vítima das olarias. Um homem de 44 anos que teve a perna decepada no trabalho com o barro. Hoje, quinze anos depois do acidente, Adervaldo ainda não conseguiu se aposentar. Vive apenas com um benefício de um salário mínimo, R\$ 540 reais. As olarias são a principal atividade econômica da região. Os trabalhadores, quase sempre, pertencem a uma mesma família. Em quase todas uma história dramática. Um caso de mutilação.

É o exemplo de Gerson, um rapaz de 22 anos que teve o rumo da vida desviado depois que perdeu a perna na olaria em que trabalhava. Em um vídeo que conseguimos, de qualidade prejudicada, pode-se ver o estrago feito pela maromba. Elas registram o momento em que Gerson é socorrido pelos bombeiros. A imagem do equipamento junto com a maca presa ao corpo do rapaz



impressiona, mas só por isso, Gerson está vivo. Os acidentes com marombas, quando não tiram a vida, provocam mutilação. A olaria da família do Gerson é um exemplo do



abandono a que estão destinados os ribeirinhos de Abaetetuba. Gerson também sonha em ganhar uma perna mecânica. Enquanto esse dia não chega, ele faz planos. Seu Miguel é outro exemplo do perigo que as olarias oferecem aos trabalhadores. E também do abandono em que as vítimas de acidentes são renegadas. Ainda não conseguiu se aposentar e vive apenas de um benefício do

governo. Sem perspectiva, seu Miguel passa os dias ao lado dos filhos. A única renda da família vem agora dos cestos artesanais.

Risomar também é uma vítima das marombas. Perdeu a perna quando trabalhava numa olaria durante um ano. Sem poder trabalhar, ele vive apenas com um benefício de R\$ 216 reais. Risomar não consegue se aposentar porque nos documentos do INSS consta que ele não se acidentou na olaria. As olarias também oferecem outro tipo de perigo. Ângela Maria teve o couro cabeludo arrancado quando trabalhava na maromba. Ela já passou por 15 cirurgias e se prepara para mais uma. Com uma câmera escondida é fácil registrar registramos imagens de trabalho infantil nas olarias. Garotos com 14 anos, já trabalham desde madrugada retirando o barro do barco. Cada pedra pesa mais de 10 quilos. Cenas comuns registradas em outros locais. Em algumas olarias, as crianças ajudam a colocar o tijolo para secar. Ganham por dia, menos de quinze reais. A retirada do barro também é uma atividade perigosa. Muitos trabalhadores já morreram soterrados no rio Caruru. Rios que fazem da região um isolamento mais que geográfico.

ANEXO 9– NOTICIA VEICULADA NA MÍDIA LOCAL SOBRE A SITUAÇÃO DO TRABALHO EM OLARIAS NAS ILHAS DE ABAETETUBA.

O JORNAL de Abaetetuba

[Página inicial](#) | Marombas de Abaetetuba: realidade social

Marombas de Abaetetuba: realidade social

2011-01-18 18:40

O cenário da triste realidade vivida nas pequenas fábricas de tijolo e telhas (olarias) espalhadas nos rios do interior de Abaetetuba foi descortinado ao público nacionalmente por reportagens feitas pela imprensa no começo de 1999. O que mais chamava a atenção não era a fabricação artesanal, sem recursos, familiar, de subsistência. Cenas de crianças mutiladas, sem dedos, sem mãos e até mesmo sem os dois braços comoveram a opinião pública e chamaram a atenção para este grave problema social. As olarias de Abaetetuba, como muitas outras no interior do Estado, utilizam uma máquina primária para a fabricação de tijolos. São as chamadas marombas. Equipamentos cilíndricos que possuem em seu interior um eixo helicoidal (rosca sem fim). O eixo é acionado por um motor, fazendo a saída forçada do barro ou argila, usado na produção dos tijolos. As marombas são alimentadas manualmente por uma abertura na carcaça. Com o desgaste do helicoidal, é necessário, é necessário pressionar o barro, para que não retorne pela folga que fica entre o eixo e a carcaça da maromba. Esse trabalho é feito pelos oleiros com as mãos ou com os pés. Qualquer descuido faz com que a parte do corpo seja puxada e triturada pela rosca. Como são fábricas de caráter familiar, é comum as crianças trabalharem nas marombas junto com os pais, para ajudar no insuficiente orçamento familiar. Ou até mesmo brincarem perto das rústicas máquinas. Por isso, são as crianças as principais vítimas desse processo. No começo de junho de 1999, funcionários da Albrás, empresa localizada no município de Barcarena, através do Programa CCQ (Círculos de Controle de Qualidade), já tinha desenvolvido algumas alterações para evitar o contato das mãos com o helicoidal. Quatro dispositivos foram adaptados experimentalmente em uma olaria. O equipamento aprovado foi padronizado e instalado nas demais olarias do município. A solução é simples, prática e de baixo custo. Utilizando materiais que não são mais usados pela indústria de alumínio, mas úteis para outras atividades, os empregados da Albrás desenvolveram um dispositivo composto de uma tampa com cabo de metal que é fixado no corpo da maromba. Em movimentos de abrir e fechar, a tampa evita que sejam usados pés e mãos para empurrar a argila. Além da instalação do equipamento é necessária a recuperação do helicoidal, para que o barro não retorne pela abertura. Essa recuperação e o dispositivo de segurança praticamente eliminam o risco de acidentes, oferecendo maior segurança. A solução encontrada aumentou em mais de cinco vezes a produtividade das olarias. Leia mais: <http://ojornaldeabaetetuba.webnode.com.br/news/marombas-de-abaetetuba-realidade-social/>

Crie seu site grátis: <http://www.webnode.com.br>